

DESCENDÊNCIAS

M A G A Z I N E





Obras de Capa Ismael Sequeira

— INAUGURAÇÃO 3 DEZEMBRO 18H00 —

CAMÕES - CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS
DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



p/ 06 e 07.

Internacionalização da AILD
Reino Unido

p/ 08.

AILD - Associado do mês
Raquel Almendra Torres

p/ 12.

Grande Entrevista
Eurico Brilhante Dias, Secretário de Estado da Internacionalização

N E S T A E D I Ç ã O

p/ 30.

Artes e Artistas Lusos. Ismaël Sequeira
Por Terry Costa

p/ 40.

Caderno Especial
CCP - 40 anos pelo Diálogo e a Cooperação

p/ 48.

Literatura. Fernando Namora - Parte II
Por Vanessa Martins, Casa Museu Fernando Namora

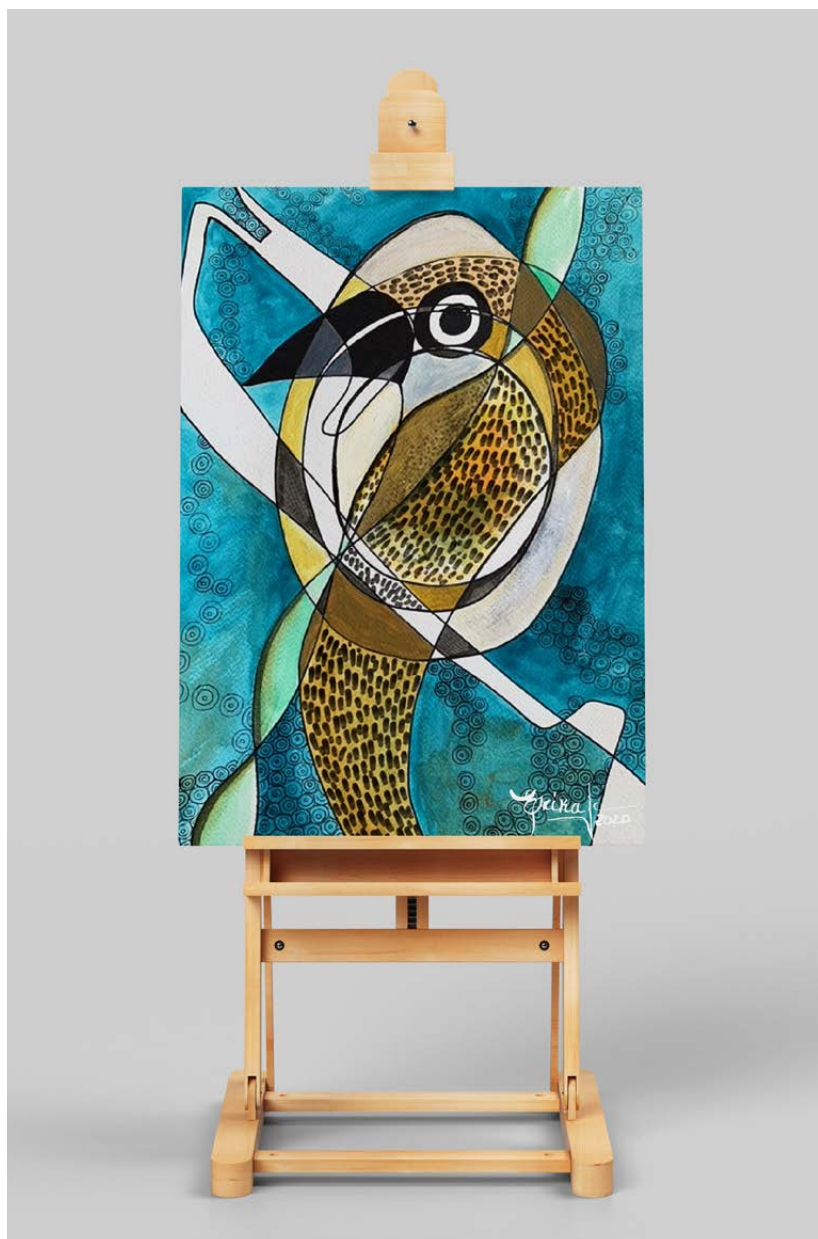
Obra de capa

Título: Mukuaxi,
mestre de voos acrobáticos
Dimensões: 35 x 27
Técnica: Acrílico caneta s/papel

Descrição da obra:

Num dia ensolarado da primeira semana do mês de dezembro de 2021 na baía de Luanda, o pássaro Mukuaxi ensaiava voos acrobáticos que o levavam a observar toda a orla marítima da capital de Angola. Mukuaxi apresentava-se como um pássaro vistoso, com uma plumagem exuberante, pintas pretas e douradas nas asas e um longo bico curvo que o tornava uma espécie rara e única, na lista daqueles em vias de extinção. Essas suas acrobacias eram seguidas pelas gaivotas e pelas cegonhas, aves que vão escasseando por esses lugares, onde há menos árvores de porte para fazer ninhos e morar s cada vez mais edifícios de betão a invadirem o espaço das florestas em nome da modernidade. Mukuaxi sentia um imenso prazer em fazer essas acrobacias que faziam lembrar avionetas da aeronáutica, ou mesmo cenas de filmes do tipo ou similares à “Guerra nas Estrelas”. (...)

Erika Jámece
obrasdecapa@descendencias.pt



F T

Diretora Fátima Magalhães | **Diretora Adjunta** Gilda Pereira | **Editores** António Manuel Monteiro, Alfredo Stoffel, Branca Célia Dias, Cristina Passas, Diana Correia, Flávio Alves Martins, João Costa, Gilda Pereira, Hugo Gonçalves Silva, José Governo, José Martinho, Mafalda Lourenço, Marco Neves, Maria do Carmo Mendes, Marta Costa, Melissa da Silva, Paula Cristina Veiga, Pedro Guerreiro, Philippe Fernandes, Rogério M. Fernandes Ferreira, Sonia Coelho, Tiago Sabarigo, Tiago Robalo, Vitor Afonso | **Revisão** JG Consulting | **Design Gráfico** Amostra de Letras | **Estatuto editorial** <https://descendencias.pt/estatuto-editorial/> | **Editor e Proprietário** Amostra de Letras Lda, NIF 515975591 | **Administração** Fátima Magalhães - 100% capital | **Periodicidade** Mensal | **Contactos** E: info@descendencias.pt W: <https://descendencias.pt> T: 309 921 350 | **Publicidade** E: publicidade@descendencias.pt | **Anúncios** A Amostra de Le-

tras Lda, não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedades dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias | **Direitos** Em virtude do disposto no artigo 68º n.º 2, i) e j), artigo 75º n.º 2, m) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos artigos 10º e 10º Bis da Conv. de Berna, são expressamente proibidas a reprodução, a distribuição, a comunicação pública ou colocação à disposição, da totalidade ou parte dos conteúdos desta publicação, com fins comerciais diretos ou indiretos, em qualquer suporte e por qualquer meio técnico, sem a autorização da Amostra de Letras Lda | **Sede Editor/Redação** Rua dos Almocreves, 44 4455-029 Lavra - Matosinhos | **Registo ERC** 127522 | **Edição** 12 dezembro 2021, GRATUITA

Editorial

Caros Leitores

Chegou a época mais feliz do ano. O mês de dezembro fala-nos muito, independentemente, das nossas origens, da nossa cultura, da nossa língua e do quanto gostamos (mais ou menos) da quadra natalícia. Estamos a falar de uma época em que, se por um lado se assiste à febre do consumismo, dos embrulhos vistosos e caridade propagandeada, por outro lado há também, espalhado por esse mundo fora, um Natal silencioso. diariamente transforma a sociedade num espaço mais solidário e fraterno. É um Natal de gente que olha para o seu próximo e sente que pode e deve participar.

Falamos de gente que não procura fama ou recompensa monetária, mulheres e homens que dão muito sem nada esperar receber em troca. Voluntariado é apenas uma palavra mas, tal como a palavra Natal, encerra uma magia única, um desejo de participar e acrescentar valor a uma sociedade onde os mais desprotegidos são quase sempre vítimas de uma sociedade vergada à conquista de bens materiais.

Há um Natal de alegria imensa por um reunir de entes queridos que há muito não revíamos e cuja vida, no seu ritmo acelerado e atarefado, nos concede estes dias para serenar e conviver com as pessoas que muito alento nos trazem. É a época

das luzes nas noites longas, das comidas e bebidas quentes nas semanas que anunciam a chegada do Inverno.

Mas dezembro não é só Natal. Neste mês damos por nós a chegar perto do fim de mais uma volta ao sol e por isso, como parece impossível para a maioria de escapar, vamos ao encontro das memórias e das recordações do que foi vivido. Enche-se o nosso imaginário do que poderia ter sido e do que esperamos que seja o futuro próximo.

Na DESCENDÊNCIAS, olhamos para este primeiro ano de existência e deparamo-nos com uma soma de várias conquistas dignas de nos orgulharmos delas. Olhamos para o que Portugal e as comunidades lusas viveram e ultrapassaram, enchendo-nos de um envaidecimento saudável, na medida em que também não somos acrílicos. Este ano celebraram-se os 40 anos da Conselho das Comunidades Portuguesas e vimos a AILD a abrir uma nova delegação em Londres.

O ano de 2021 foi um ano de transição, de início de recuperação. As expectativas para 2022 fazem desse ano que está para vir, desde já, um ano de muitas esperanças. Novos projetos, novas dinâmicas, novas caras e novas vozes.

Obrigado, queridos leitores, pela vossa aposta em nós! Feliz Natal e Feliz Ano Novo!



Gilda Pereira
Diretora Adjunta

| A I L D

Aconteceu

Internacionalização da AILD com novas delegações

A Associação Internacional dos Lusodescendentes – AILD, no dia 23 de Setembro, abriu a sua primeira delegação em França, e no dia 28 de outubro abriu delegação no Reino Unido, dando-se assim mais um passo importante na internacionalização da AILD, mas sobretudo no crescimento desta rede viva da AILD pelas Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo.

Estamos obviamente a preparar a abertura de delegações em outros países, estando já em contacto com as equipas que irão dar corpo a essas mesmas delegações e que estão muito motivadas para pertencer ativamente a esta “família” AILD.

As delegações já criadas têm estado a preparar acções e iniciativas, tendo mantido uma relação de proximidade com a sede da

AILD em Lisboa, materializando assim, um dos objectivos da criação das delegações, que é aumentar a proximidade e estreitar laços com Portugal.

Apesar do processo de internacionalização e criação de delegações, a AILD tem também dado continuidade aos restantes projetos para 2021 e também já a preparar o plano de atividades para o ano de 2022.

Há medida que a família AILD se vai alargando quantitativa e qualitativamente, as ambições e os projetos ambiciosos também vão ganhando espaço e 2022, promete ser um ano de referência pela dimensão que estamos a criar.

Nesta preparação para o ano de 2022, começa já a sentir-se algo que muito nos orgulha e que traduz um pouco do reconhecimento do trabalho que a AILD tem vindo a desen-

volver desde 2019. Se até à data tinha de ser sempre a AILD a ir ao encontro dos parceiros, neste momento temos já parceiros a vir ao nosso encontro, para estabelecer parcerias.

E como o “Aconteceu” só marca novamente encontro com os leitores em janeiro de 2022, a AILD e toda a sua equipa deseja a todos os Portugueses, residentes em Portugal e Fora de Portugal, um Bom e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, pleno de sucessos e realizações e colocando-nos ao dispor para aquilo em que a AILD possa ser útil. E porque Natal também é sinónimo de tradições e gastronomia, a AILD convida todos a umas festas bem portuguesas, promovendo e consumindo a marca e os produtos portugueses, contribuindo assim para a dinâmica da nossa economia.

Agradeço ao Senhor Embaixador Dr. Manuel Lobo Antunes por ter permitido que a cerimónia da criação da Delegação da AILD no Reino Unido, ocorresse nas instalações da Embaixada de Portugal no Reino Unido. Agradeço também a presença da Senhora Cônsul-Geral de Londres, a Dra. Cristina Pucarinho, e muito especialmente a toda a equipa que abraçou este desafio inovador.

Com a criação da Delegação da AILD no Reino Unido, é mais fácil para os lusodescendentes associarem-se a esta iniciativa, bem como a outras associações portuguesas já existentes, com um longo historial de acções meritórias no Reino Unido.

Seria para a AILD uma mais valia poder contar com, pelo menos, algumas dessas associações como as-

sociadas ou apenas como parceiras nas promoções de eventos e acções, junto da comunidade local.

A AILD não aceita somente associados lusodescendentes, aceita também as suas associações e no geral qualquer pessoa de boa vontade, que queira concretizar as finalidades estatutárias da AILD, sem que seja relevante a sua nacionalidade, mas que partilhe connosco a mesma língua. Não é por acaso que uma das nossas fundadoras, Gilda Pereira, tem o pelouro para os países de expressão portuguesa. Queremos partilhar com eles eventos culturais, no âmbito da literatura, música, pintura etc. A AILD tem as portas abertas a todos, o convite para que se tornem associados é extensível também a empresas privadas. Todos são muito bem-vindos.

| A I L D

Reino Unido

Não temos dúvida que em parceria, em conjunto, em colaboração se pode fazer muito mais, e as acções serão certamente mais enriquecidas e diversas.

Apesar de não se resumir somente a isso, a AILD é na sua origem uma associação internacional de lusodescendentes que quer contribuir para unir as várias comunidades portuguesas existentes, tornando-a numa só. Por essa razão a AILD procura criar delegações em todas as comunidades, de forma a facilitar essa união trazendo também para si representantes de todas elas.

É também por essa razão que temos um site comum (aild.pt), uma revista comum (descendências.pt), plataformas comuns de comunicação (facebook,

linkedIn, etc) e uma mesma imagem.

Concordamos com quem diz que a AILD representa um projecto inovador, pois é sinal de que a nossa acção vem preencher um vazio. Outro bom sinal é percebermos que os lusodescendentes, e não só, há muito que esperavam pelo aparecimento de uma associação com este cariz.

A nossa ação não pretende restringir-se ao domínio cultural, pretende abarcar também ações de cariz solidário, económico e até de promoção turística.

Uma vez que as portas estão na realidade escancaradas, contamos com a vossa iniciativa para se juntar a nós, não amanhã, mas agora mesmo....



Philippe Fernandes
Presidente da AILD

A I L D

Raquel Almendra Torres

Idade: 58

País de nascimento:
Portugal

País/Cidade onde
reside: Porto



Nasceu na cidade de Braga, a 7 de Janeiro de 1963, recebeu uma educação familiar assente nos valores tradicionais. Fez parte dos pioneiros do curso de Administração de Marketing do Instituto Português de Administração de Marketing do Porto (IPAM). Formadora credenciada em várias áreas onde granjeou excelente reputação, sendo várias vezes convidada por instituições de referência. O seu carácter determinado com grande capacidade organizativa e de enfoque, resultou em várias colaborações como consultora em negócios franchisados. Durante o percurso em que esteve em Lisboa foi produtora de eventos temáticos e exposições de artistas plásticos reconhecidos no mundo da Arte. É uma profissional que não pactua com a falta de rigor e objetividade.



Tendo regressado à pouco tempo do Reino Unido, acha que o Brexit prejudicou a comunidade lusófona aí residente?

Bom, em termos gerais, pensando que o objetivo do Brexit é garantir o controlo das fronteiras e garantir que apenas entram pessoas necessárias ou qualificadas para trabalhar é mais que natural que o governo britânico crie um sistema complicado e a comunidade lusófona em particular tem sido prejudicada. por exemplo, com os atrasos nas alfandegas, preços mais altos de bens essenciais, o uso obrigatório do passaporte ou cartão europeu de saúde deixou de ser válido, enfim.... Tenho conhecimento que muitos portugueses se mudaram para outros países como Alemanha para fugir deste stress.

Porque se tornou associada da AILD?

Eu estava em Inglaterra quando me tornei associada da AILD e fiquei muito contente por ter conhecido esta organização pela credibilidade pela união pela boa equipa e principalmente pela interajuda que me possa proporcionar. Estava longe, mas senti-me mais perto de Portugal.

Qual a importância da nova rede que a AILD está a criar, abrindo delegações nos países com estruturas locais?

A importância é fundamental porque permite unir lusófonos europeus num projeto inovador comum abrindo portas a mais oportunidades nas várias áreas de música, arte, teatro etc... adaptando assim a cada país o seu foco e estar mais perto de quem fala português é



sem dúvida mais fácil alcançar o sucesso. Neste momento a AILD está representada a saber, em França e Reino Unido.

Sendo responsável pelos projetos e financiamentos na AILD quais as suas metas para 2022?

Penso que é um grande desafio em que o bom resultado será a concretização dos bons projetos partindo desta grande equipa para conseguir cumprir um dos objetivos da missão da AILD que é divulgação da lusofonia e cultura portuguesa que só conseguiremos pela união e representação de todos os lusodescendentes.

Inevitável no momento que estamos a atravessar perguntar-lhe como está a “sobreviver” a esta pandemia? Que impacto está a ter na sua vida?

A pandemia provocada pelo novo coronavírus alterou toda a nossa forma de viver, com todas as restrições por não conseguirmos viajar por exemplo quando queremos. Acabamos por nos afastar ainda mais das nossas relações de amizade e familiares por outro lado é difícil fazer planos tanto a nível pessoal como profissional porque a pandemia infelizmente ainda não acabou.

O que mais gosta em Portugal?

O que mais gosto de Portugal é sem dúvida as praias lindíssimas do Norte a Sul, o sol foi o que senti mais falta assim como a fantástica gastronomia portuguesa e obviamente a família e amigos.

O que menos gosta?

O que realmente não gosto em Portugal são os salários que são baixos se compararmos com outros países da comunidade europeia isso deixa-me bastante apreensiva e o que leva a comunidade lusófona a optar por outros países acho sinceramente para quem tem um nível médio alto de qualidade, em Portugal é complicado com muita pena minha.

Uma mensagem para as comunidades lusófonas.

A minha mensagem é de agradecimento por ter conhecido pessoas fantásticas em que nos momentos difíceis estávamos unidos e continuem assim com essa energia e solidariedade só unidos se consegue ultrapassar as saudades de Portugal.

BOAS FESTAS PARA TODOS
OS NOSSOS CLIENTES



QUINTADARIBEIRINHA.PT

DESCENDÊNCIAS

MAGAZINE



GRANDE ENTREVISTA

SECRETÁRIO DE ESTADO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

EURICO BRILHANTE DIAS

Nasceu a 15 de março de 1972, em Lisboa. Doutoramento e Mestre em Ciências Empresariais pelo ISCTE-IUL (2007 e 1999, respetivamente), e Licenciado em Gestão de Empresas pelo ISLA Lisboa – atual Universidade Europeia de Lisboa (1995). Foi deputado à Assembleia da República na XIII Legislatura, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus e membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa. Professor Auxiliar na ISCTE Business School (desde 2000); Professor na Universidade Europeia, ao abrigo de protocolo com o ISCTE-IUL (2013-2017); Professor do Instituto Politécnico de Setúbal, na Escola Superior de Ciências Empresariais, ao abrigo de protocolo com o ISCTE-IUL (2013); e Assistente Estagiário, Assistente e Professor Auxiliar no ISLA Lisboa (hoje Universidade Europeia) – (1995-2000 e em 2009-2011). Investigador Associado da Business Research Unit – ISCTE (desde 2000); Perito Externo da Executive Agency for Small and Medium Enterprises, Comissão Europeia (ao abrigo do Programa COSME – Horizonte 2020 – 2017); Investigador Associado da Business Research Unit – ISCTE (desde 2000); Membro do Conselho Geral do ISCTE – IUL (2013-2017); Diretor da Licenciatura de Gestão do ISCTE – IUL (2014-2016) e Membro do Centros de Estudos INOUT Global ISCTE (2001-2006).



© DotCom

Obrigado por ter aceitado a nossa entrevista. O convite para exercer as funções de Secretário de Estado da Internacionalização foi uma surpresa? Uma boa surpresa?

Os convites para o governo são sempre uma surpresa no sentido em que poucas pessoas exercem estes cargos. O Primeiro Ministro tem sempre inúmeras alternativas. Por outro lado, era uma área de interesse onde eu já tinha lecionado como docente universitário. Também tenho currículo que justifique esta escolha, uma vez que se trata de uma área ligada à economia internacional. Contudo, gostei muito de exercer as funções de deputado na Assembleia da República.

Tendo também exercido funções como deputado na Assembleia da República, quais as diferenças mais significativas entre as duas funções? E que responsabilidades separam a atividade parlamentar da função de Secretário de Estado? Qual a mais desafiante?

A atividade parlamentar tem sempre uma função de escrutínio relativamente ao Governo. Nomeadamente após o 25 de abril, e segundo uma dimensão legislativa, enquanto parlamentares estamos focados na representação parlamentar, mas também na aplicação das políticas e na resolução de problemas. É um trabalho mais solitário. No Governo somos parte de uma equipa, quer no Ministério quer no conjunto do Governo. Partilhamos zonas de coor-





denação política com outros ministérios e outros órgãos de Estado, o que implica uma maior gestão de equipa do que a atividade parlamentar.

A responsabilidade é relativamente diferente. O trabalho dos parlamentares é muito importante e, sendo bem executado, tem um grande impacto na vida dos portugueses. O prestígio da função política – na sua vertente mais pura – está muito associado à democracia representativa e representação do eleitorado. Fazer parte do Governo é uma grande responsabilidade. É uma grande honra para qualquer português poder servir o país em funções executivas. É muito diferente, mas é igualmente muito desafiante.

Num mundo cada vez mais global e globalizado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem, nos dias de hoje, uma importância reforçada. Sente o peso dessa responsabilidade?

O Ministério dos Negócios Estrangeiros esteve desde sempre no centro da governação, nomeadamente, na defesa no comércio. A diplomacia foi decisiva na defesa da independência do território, nas questões comerciais e nas transações. O século XX trouxe – com a globalização e todas as suas contradições – a singularidade única de Portugal nas diferentes dimensões. O país tornou-se ator fundamental na integração europeia, mas também reforçou a relação histórica que tinha com a os países de língua portuguesa e aprofundou os vários processos de integração, como por exemplo com a Mercosul, com a África Austral, África Ocidental e também com a Oceânia, com a China, com o Japão, e com os EUA e com o Canadá. Portugal afirmou-se como um país único na relação com todos os continentes e afirmou-se como um importante foco na internacionalização da economia mundial. É preciso compreender que os interesses políticos das nossas comunidades estão ligados ao futuro do nosso país.

Dentro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quais as especificidades da Secretaria de Estado da Internacionalização?

Posso dar um exemplo da importância desta Secretaria: hoje Portugal tem um grau de abertura próximo dos 100 %. Isto significa que o nível de integração da economia portuguesa mede-se graças à importância da língua portuguesa nas comunidades enquanto promotoras dessa mesma lín-

gua nos negócios, mas também na cultura, na ciência, nas universidades e junto dos criadores. Esta dimensão tem imenso relevo e esta Secretaria de Estado é de facto importante como complemento às outras. O Ministério dos Negócios Estrangeiros assume também uma missão de crescente importância ao incrementar o investimento direto estrangeiro que se traduz em oportunidades de emprego e mais rendimentos para as famílias. Essas famílias geram impostos e financiam o Sistema Nacional de Saúde e a Educação, sendo por isso investimentos que se traduzem numa melhoria concreta da realidade. Finalmente, servimos para mostrar como Portugal é um país que produz e pode produzir bens e serviços de elevado valor acrescentando. É primordial que todos os dias se possa comunicar Portugal no mundo – o que se faz não apenas mostrando produtos e serviços, mas também dando a conhecer outras dimensões da vida portuguesa: o território, os recursos humanos valorizados, a educação, a cultura, a ciência, o turismo, entre outros. Isso traduz-se em unidades monetárias que cada investidor estrangeiro está disposto a pagar por cada salário ao apostar em Portugal.

Há algum tempo atrás, comentou: “Portugal afirmou-se como um país único na relação com todos os continentes e afirmou-se como um importante foco na internacionalização da economia mundial”. Quer explicar melhor esta sua afirmação?

O multilateralismo é cada vez mais reconhecido como um meio para um fim maior, contribuindo para o atenuar de tensões, e para a redução das desigualdades. Portugal está cada vez empenhado numa participação ativa em diversas entidades internacionais, e na sua política externa pauta-se pela promoção e fomento do multilateralismo nas relações externas.

Concorda com a afirmação do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, que o Ministério dos Negócios Estrangeiros é essencialmente um ministério de “servir” e de articulação com vários ministérios? Em que medida?

De facto é um ministério cuja sua atuação se pauta na defesa e na promoção dos interesses de Portugal como um todo, no exterior; no apoio às várias áreas do governo do nosso país, inclusive através da sua rede diplomática e consular, nos mercados externos.



© DotCom

Quais as políticas interministeriais concretas que estão na base da dinamização e estimulação das exportações?

Existem dois patamares diferentes: uma linha de definição e coordenação desse Programa, e um segundo nível que é o da partilha do mesmo. O Ministério dos Negócios Estrangeiros é um Ministério essencialmente de “servir” – como me disse uma vez o próprio Ministro, Dr. Augusto Santos Silva – e de articulação entre vários ministérios: Defesa, Saúde, Educação e Turismo. Temos em média mais de 1000 ações de promoção programadas por ano, espalhadas por todo o mundo, de promoção comercial do país, e muitas delas são cruzadas, por exemplo, com o Turismo, com o Instituto Camões, com o Infarmed, com a Direção-Geral do livro, entre outras. Criámos um momento e convidamos jornalistas para uma ação concreta num determinado sector: no agroalimentar, no têxtil ou no vestuário. Essas são as ações de promoção digamos mais “simples”. Depois existem outras mais estruturadas, como por exemplo uma ação de Turismo que promovemos em França e na qual par-

ticipou a escritora Lúcia Jorge. Para além disso, neste tipo de concertação de ações, muitas vezes os próprios atores presentes são Ministros ou Secretários de Estado.

Quais são os mercados com maior potencial de crescimento?

Numa economia de mercado devem ser as empresas a escolher esses mercados. Sabemos que temos de continuar a apoiar os mercados onde as empresas tradicionalmente estão presentes: Angola, Estado-Unidos da América, Alemanha, França, Espanha, Itália, Brasil, Canadá, países do Magrebe, China, Japão, Reino-Unido e Moçambique. Mais, para além disso, temos de saber reconhecer os territórios em que o nosso papel está em produzir novos instrumentos de informação às empresas como na América Latina, na Ásia, em África e alguns territórios do continente europeu. A AICEP está a trabalhar muito nesse sentido. Temos também de olhar, por exemplo, para o Egito ou para a Marrocos, onde podemos recolher ainda mais informação por serem lugares onde estamos presentes e temos embaixa-



das e delegações da AICEP. São países amigos e de interesse comercial. Também olhamos com atenção para o Perú, o México, a Colômbia e o Chile. É necessário fazer uma escolha cuidada de onde é importante apostar, até porque muitas empresas são cofinanciadas pelo programa 20/ 20. Os Estados- Unidos são o país com o qual fizemos um enorme esforço de cooperação, e com grande êxito, durante um ano inteiro. Também aumentámos muito as exportações com o Canadá. E tanto num país como no outro, temos uma representação diplomática ao mais alto nível. Do outro lado, temos feito aproximações à Colômbia, com quem temos excelentes relações, e ao México, áreas onde queremos aumentar a quota de mercado português. No Japão e na Coreia do Sul queremos continuar a merecer uma atenção particular, em especial pelas oportunidades decorrentes dos acordos de Livre Comércio assinados com a União Europeia.

Como analisa o investimento chinês em Portugal? E como encara os mecanismos de controle por parte da União Europeia?

Tivemos, num passado recente, necessidades de financiamento de Economia portuguesa que nos levaram, num determinado momento, a alienar posições do Estado português em empresas – não só do setor energético, mas

também nas seguradoras e na banca – que têm tido presença chinesa. Nessa medida, quando isso aconteceu, quando tivemos que tomar essa decisão – e nós não a tomámos sozinhos – tomámo-la no quadro de um grande entendimento subscrito com o Fundo Monetário Internacional e com as instituições europeias. Ficou claro que esse passo ia ser dado, com transparência e num contexto internacional, procurando Portugal vender ao melhor preço possível aquilo que eram as suas participações do estado português nessas mesmas empresas.

Esse processo decorreu e as empresas que adquiriram essas participações foram empresas da China. Tendo sido um processo transparente (e não tenho hoje nenhum motivo para considerar o contrário) e tendo sido um compromisso do Estado português perante os seus parceiros internacionais, concluímos que essas participações não têm tido um impacto ao longo dos anos para além daquilo que é a participação normal dum acionista numa empresa, não havendo outras consequências para a sociedade e no seio da política portuguesa. Parece-me muito pouco prudente ter uma posição de confrontação perante quem, num determinado momento, decidiu apostar em Portugal – quando nós não recebemos do lado das outras origens de capital ofertas claras e concretas para essas participações – assim como não assumir um reconhecimento de que, nesse momento,



© DotCom

houve capital chinês em Portugal que foi e é importante. É importante não esquecer que a presença de capital da China na Europa não se rume ao caso português, estando presente em muitos estados membros, particularmente na Alemanha, no Reino-Unido, em França, Itália, e nalguns casos em montantes muito superiores em relação aos de Portugal. Ao fazer o nosso trabalho, verificamos que os mais altos responsáveis dos nossos parceiros europeus visitam Pequim e promovem os seus territórios para captar investimento. Sempre tivemos instrumentos de escrutínio do investimento de capital estrangeiro e, por isso, sabemos quais são os nossos interesses vitais e em que quadro estão, porque o fazemos em coordenação com os nossos colegas da União Europeia.

Qual o impacto da pandemia nesta relação multilateral e comercial com a Europa e com o mundo? Nestes últimos dois anos de pandemia, considera que foi claramente comprometida a internacionalização? A pandemia obrigou a uma reavaliação da estratégia?

A redução do consumo devido aos sucessivos confinamentos e as restrições à mobilidade afetaram as relações comerciais não só nacionais, mas em todo o contexto mundial. Com o eclodir da pandemia, não houve alterações do destino das nossas exportações mas é importante salientar que Portugal aumentou a sua quota de mercado de 1,8% na União Europeia, muito por força do aumento do desempenho no mercado espanhol e francês. Este período atípico levou ainda a uma redefinição da estratégia europeia, muito focada na sua reindustrialização, na promoção e aumento da resiliência da sua economia. Este cenário pode gerar um redesenho das cadeias de abastecimento, com localização ou realocação de algumas operações na periferia da União Europeia ou realocação na União Europeia. Esse facto pode contribuir claramente para angariar novos projetos de investimento direto estrangeiro para Portugal e gerar novas oportunidades de exportação para o mercado intraeuropeu. A par disto, pode redundar num aumento de quota de mercado e quota de importações da economia portuguesa na União Europeia e, por isso, criar uma boa oportunidade de contribuir para o desenvolvimento da indús-



© DotCom

tria portuguesa. Fora do mercado único, de salientar que, mesmo em pandemia e em contexto Brexit, Portugal reforçou as exportações de bens para o Reino Unido, mantendo sempre o saldo da balança comercial positivo. De salientar, que continuamos os esforços de abrir novos mercados para os produtos nacionais (Índia, Brasil e Marrocos, recentemente) e angariar novos investimentos de mercados como Canadá ou Japão.

Num ano fez mais de 200 mil milhas só em viagens internacionais e muitos quilómetros de estrada para captar esse investimento. Como interpreta o título d'«O Homem que vende Portugal»? E tem conseguido vender bem Portugal?

No fundo descreve aquilo que é o meu papel em algumas dimensões. Ou seja, a tarefa de procurar fazer esta articulação para “vender” Portugal nas mais diferentes circunstâncias enquanto território de investimento, de desenvolvimento e produção de bens e de serviços, identificando, ao mesmo tempo, produtos que devem ser comprados pelos nossos amigos dos outros países. Esse reconhecimento

é, em grande medida, um reconhecimento à instituição e à institucionalização daquilo que é a Secretaria de Estado da Internacionalização e da figura do Secretário do Estado, chamando-se ele Eurico de Brilhante Dias ou não.

A AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e um parceiro estratégico com representação física em diversos países do mundo, estrutura aliás pela qual nutre especial admiração e conhecimento, tendo em conta que já foi administrador dessa agência. Ela tem desempenhado bem a sua missão? A ação da AICEP tem sido um contributo relevante para alcançar os objetivos e as metas da Secretaria de Estado da Internacionalização? Existem indicadores e evidências desse trabalho desenvolvido?

Sou um profundo admirador da AICEP, fui administrador da AICEP e fiz muitos amigos enquanto estive na AICEP. Conheci muita gente que tem um profundo respeito pelo serviço que a AICEP presta ao país e que hoje está, não só em Portugal, mas também espalhado pelo mundo, a repre-



© DotCom

sentar o que temos de melhor. É evidente que a AICEP viveu, tal como o conjunto da sociedade portuguesa, momentos de grande dificuldade no que diz respeito ao seu financiamento. A AICEP não tinha como negar essa circunstância. Não existe nenhuma entidade em Portugal que não tenha passado pelo aperto que todos vivemos e a AICEP não foi exceção. Adianto que, na qualidade de Secretário de Estado da Internacionalização, membro da administração da agência num determinado momento da sua vida, foi uma enorme alegria ter sido Secretário de Estado agora, juntamente com o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros. Apenas tenho a agradecer, não só as orientações, mas também o companheirismo com que tem exercido as funções. Fomos, com o que conseguimos, quem aumentou de forma significativa o orçamento da agência, primeiro na área da promoção, mas também garantindo a conjuntura ideal para fazer um primeiro desbloquear das condições salariais dos funcionários, acabando com a diminuição contínua de recursos humanos, em 2018. Acrescentámos alguma regularidade no financiamento para promoção, permitimos o reforço das equipas em algumas áreas - onde manifes-

tamente estávamos a sentir grandes dificuldades - executando um plano estratégico que, alinhado com o Programa Internacionalizar, resolveu alguns problemas. Se é possível fazer mais? É, é evidente que é. Nós estamos sempre insatisfeitos com aquilo que atingimos e à medida que vamos alcançando objetivos, vamos trançando outros mais ambiciosos.

Em relação ao Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia Portuguesa, quais os principais eixos que estão a ser desenvolvidos e qual tem sido a envolvimento e a participação das partes interessadas, como associações e empresas?

O Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia Portuguesa é parte essencial do modelo de governação para a internacionalização do país. É igualmente participante na geração de soluções. Tem sido, por isso, um fórum de discussão muito importante entre o governo e as associações empresariais. Em conjunto temos trabalhado em eixos fundamentais no que diz respeito à coordenação



© DotCom

da promoção externa da marca Portugal. Trabalhamos intensamente na área dos recursos humanos e da qualificação dos mesmos. O mesmo se passa em relação à área do território, tendo por base um grupo específico para o seu desenvolvimento. Acresce o âmbito dos instrumentos financeiros e de financiamento (em questões sobre o custo de crédito concedido à exportação, das novas linhas dos seguros de crédito, seguros de caução, entre outros) e, finalmente, temos vindo também, de alguma forma, a trabalhar a política comercial da União Europeia e os aspetos de articulação das posições de Portugal com aquilo que são as consequências desses aspetos na realidade concreta das empresas portuguesas. O Primeiro-Ministro preside ao plenário do Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia (CEIE) mas eu, juntamente com o Secretário de Estado das Finanças, o Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional e o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, coordenamos quatro grupos setoriais que são, no fundo, a mola de trabalho que alimenta o plenário e que faz com que se discutam os grandes temas.

Aumentar as exportações, captar investimento, e alargar a base exportadora, são 3 eixos fundamentais para o sucesso da internacionalização das empresas e da economia. Que políticas concretas existem ou irão ser implementadas para potenciar estes 3 eixos?

A resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2021, de 19 de março criou o Programa Internacionalizar 2030 que contempla um conjunto de medidas, organizadas por eixos de intervenção que visam precisamente estes três objetivos. Bem como aumentar o número dos mercados de exportação, aumentar o investimento direto português no estrangeiro assim como, aumentar o valor acrescentado nacional. São objetivos essenciais para o desenvolvimento da nossa economia. Para promover o atingir destes, foram criados grupos de trabalho temáticos de acompanhamento da implementação das medidas, e com a presença de todas as entidades privadas presentes no Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia (CEIE). Estes dividem-se em: financiamento, capacitação, ações externas e marca Portugal e política comercial e custos contexto.



© DotCom

Como avalia a importância das Comunidades Portuguesas espalhadas pelo mundo no investimento nacional e na projeção de Portugal no mundo?

Absolutamente central. É muito importante. Cá está mais um grande trabalho no qual participo enquanto Secretário de Estado de Internacionalização, mas que tem na minha colega Berta Nunes, Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, uma parceira fundamental. Ela dinamizou o Gabinete de Apoio ao Investimento da Diáspora e nós procurámos que a AICEP participasse nos Encontros Nacionais dos Investidores da Diáspora, bem como no acompanhamento dos investidores. Nas minhas viagens ao exterior procuramos sempre incluir, de alguma forma, a aproximação aos agentes económicos da diáspora, porque eles são também, muitas vezes, investidores em Portugal e embaixadores de Portugal junto das comunidades onde estão integrados. Quando estive no Canadá, no Brasil, naturalmente em França ou em Moçambique houve sempre essa oportunidade. A diáspora tem sido um veículo central de investimento em Portugal, nomeadamente no setor de

aeronáutica, do agroalimentar, do turismo, até no setor dos plásticos ou na área dos mármore. São setores muito diferenciados, mas nos quais há investimento estrangeiro que, em bom rigor, tem origens no estrangeiro, mas que na realidade foi levado a cabo por portugueses que residem no estrangeiro e que investem no seu país. Tem-se sentido uma implicação, até a nível municipal, nas várias dimensões do investimento estrangeiro. Muitos autarcas revelam mesmo uma espécie de pulsão ao quererem, eles próprios, fazer promoção externa, o que é legítimo. No entanto é necessário coordenar esforços e fazê-lo de forma adequada com a AICEP, as embaixadas e os consulados. Se fosse autarca e ambicionasse fazer promoção externa a primeira pergunta que faria era: “Onde estão os que partiram e quais são os territórios que ocupam?” Porque essas pessoas constituem uma rede de contatos. Muitos deles têm um compromisso histórico e familiar tão grande com o nosso país que investem aqui, seguramente, porque ganham dinheiro, mas também porque sabem, querem e têm vontade de contribuir para o desenvolvimento da sua terra.



© DotCom

Mostrar Portugal como um país “moderno, tolerante e inovador”. É essa a imagem de marca que pretende deixar patente na participação de Portugal na Expo Dubai 2020?

A Expo Dubai é um dos principais eventos internacionais, onde pretendemos reforçar a nossa visibilidade numa vertente histórico-cultural e artística, mas também económica e social. Queremos ainda potenciar além-fronteiras o nosso ecossistema empreendedor e inovador e a nossa multiculturalidade; características tão enraizadas na sociedade portuguesa. A participação nesta grande exposição pretende estender o nosso alcance, reforçando a Marca Portugal tanto naquela região como junto das geografias que ali estão representadas.

Que mensagem gostaria de deixar aos portugueses que o irão ler por este mundo fora?

Quero dizer-lhes que tenho a convicção que foram, são e serão sempre participantes no processo de crescimento do país. Sei que são os que mais felizes ficam com as boas novas de Portugal, nomeadamente, as ligadas às suas conquistas, sendo eles próprios agentes e atores da disseminação dessas notícias relativas ao investimento em Portugal. Neste governo fizemos o reconhecimento das Câmaras de Comércio portuguesas no estrangeiro e alargámos a base eleitoral também pelo mundo fora graças ao recenseamento automático.



| MIGRAÇÕES

Um Natal com a Ei! é um Natal em família

Estamos cada vez mais próximos da mais bela época do ano. E num ano em que tantas adversidades foram sendo superadas, merecemos mais que nunca o conforto do lar, passando o Natal junto das nossas famílias em amor, paz, harmonia e segurança. Ao longo deste ano, na Ei! Assessoria Migratória, apesar de uma primeira metade do ano com maiores limitações por parte dos órgãos públicos na tramitação dos processos migratórios, estivemos sempre a trabalhar juntos daqueles que se mantinham fiéis e determinados em concretizar o sonho de vir para Portu-

gal, cumprindo sempre todas as normas legais e sanitárias. Quer para que as nossas empresas pudessem continuar a compor as suas equipas com os talentos que precisavam para fazerem frente às dificuldades impostas pelo novo Corona Vírus, quer para todos os cidadãos do mundo que queriam criar raízes neste nosso “jardim à beira-mar plantado”. Dezembro chega trazendo com ele o espírito natalício, e todos estamos desejosos de poder passar a consoada e dia de Natal com as nossas famílias. Queremos sentir-nos novamente próximos e não apenas unidos, queremos o con-

forto dos entes queridos e não somente o seu consolo à distância, queremos poder celebrar em conjunto uma data especial com a nossa família alargada, sem receios de consequências para a nossa saúde. Mesmo com o antigo SEF (agora Agência Portuguesa para as Migrações e Asilo) sem agendamentos disponíveis desde meados de setembro, graças a todos os nossos esforços e à confiança de cada um dos nossos clientes conseguimos, mais um ano, garantir que dezenas de famílias pudessem estar juntas para celebrar o Natal juntas e em segurança. Afinal, esta é a época de



lembrar tudo o que nos une e o porquê de dizerem que a família é a “célula básica” da sociedade, o único “porto de abrigo” seguro. Se há nem que seja uma oportunidade por ano para o reencontro e o reconcílio (mesmo que em época festiva), porquê não a aproveitar?!

Trabalhando com as matérias de e(i) migração há mais de 7 anos, e tendo sido eu própria uma migrante, sei como para estes “navegantes do globo” esta época traz o sentimento da saudade, das memórias de casa e das pequenas tradições familiares. O Natal e a Passagem de Ano, enquadram-se numa época que sempre nos relembra a família e os amigos mais próximos. Por saber o quão difícil é decidir mudar de país de residência, Portugal oferece um tipo específico de Autorização de

Residência simbolicamente chamada de reagrupamento familiar. Muitos dos nossos clientes fazem os seus planos migratórios justamente visando a possibilidade de poderem passar as festividades desta altura do ano com os seus entes queridos, criando as condições de trazerem as suas famílias para passarem o Natal e o Ano Novo em Portugal. Nós redobramos os esforços para que isto possa acontecer pois no nosso entendimento, a família é um pilar fundamental de qualquer sociedade e para quase todo o ser humano, motivo pelo qual os processos de Reagrupamento Familiar merecem de nós uma atenção muito especial. Ainda para mais, considerando que mais de metade dos migrantes, quando fazem a sua mudança de país, fazem-na sozinhos. Sendo o Reagru-

pamento Familiar uma das exceções à Lei dos Estrangeiros que permite cidadãos de estados terceiros viajarem sem visto para o nosso país desde que aqui já tenham um membro da família com Título ou Visto de Residência, é de também sermos agradecidos ao nosso Portugal por ter esta abertura de mente.

O Natal está quase aí e chegou a época dos reencontros e da união das famílias. Chegou a altura de celebrar o conjunto de pessoas em que podemos depositar mais confiança, que nos apoia quando mais ninguém chega a nós e que nos adora incondicionalmente. A todos os cidadãos do mundo, a equipa da Ei! Assessoria Migratória deseja-vos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo! Que todos possam estar juntos daqueles que amam.



Gilda Pereira
CEO Ei! Assessoria Migratória

7.500 autarcas de origem Portuguesa em França

A map of France showing the number of votes for the 'Non' (No) side in the 1992 referendum by region. The map is color-coded: red for regions with more than 100,000 votes, orange for 50,000 to 100,000 votes, yellow for 20,000 to 50,000 votes, and green for fewer than 20,000 votes. The Paris region (IDF) is marked with a value of 139. The map includes the following vote counts by region (from north to south, west to east):

Region	Votes
Alsace	65
Lorraine	85
Champagne-Ardenne	70
Île-de-France (IDF)	139
Normandie	100
Bretagne	39
Pays de la Loire	42
Centre-Val de Loire	21
Normandie	41
Normandie	97
Normandie	32
Normandie	105
Normandie	168
Normandie	132
Normandie	70
Normandie	63
Normandie	19
Normandie	33
Normandie	77
Normandie	37
Normandie	37
Normandie	21
Normandie	57
Normandie	48
Normandie	14
Normandie	39
Normandie	36
Normandie	61
Normandie	60
Normandie	145
Normandie	82
Normandie	95
Normandie	140
Normandie	119
Normandie	102
Normandie	101
Normandie	180
Normandie	92
Normandie	83
Normandie	53
Normandie	79
Normandie	206
Normandie	99
Normandie	75
Normandie	38
Normandie	30
Normandie	38
Normandie	27
Normandie	43
Normandie	62
Normandie	38
Normandie	74
Normandie	107
Normandie	58
Normandie	120
Normandie	73
Normandie	53
Normandie	84
Normandie	50
Normandie	81
Normandie	131
Normandie	312
Normandie	117
Normandie	58
Normandie	129
Normandie	211
Normandie	138
Normandie	97
Normandie	111
Normandie	45
Normandie	62
Normandie	97
Normandie	58
Normandie	57
Normandie	58
Normandie	160
Normandie	108
Normandie	97
Normandie	74
Normandie	185
Normandie	74
Normandie	33
Normandie	29
Normandie	55
Normandie	38
Normandie	30
Normandie	63
Normandie	70
Normandie	132
Normandie	168
Normandie	105
Normandie	97
Normandie	41
Normandie	21
Normandie	32
Normandie	34
Normandie	38
Normandie	15
Normandie	30
Normandie	100
Normandie	70
Normandie	85
Normandie	65
Normandie	13
Normandie	6

Em duas décadas e quatro processos eleitorais autárquicos onde a comunidade sem nacionalidade francesa pode exercer o seu direito de voto e serem candidatos (2001, 2008, 2014 e finalmente 2020), a comunidade Portuguesa de França é reconhecida por vários líderes políticos franceses como um eleitorado altamente implicado.

Uma instituição acompanhou e desenvolveu ações desde o início do processo democrático para os Portugueses e Europeus em França : a associação CIVICA de autarcas franceses de origem Portuguesa em França criada em fevereiro 2000 no senado. A atividade desta instituição marca de forma distinta a participação cívica da Comunidade portuguesa residente em França.

A primeira conclusão a retirar é o sucesso do caminho percorrido pela Comunidade franco-portuguesa na sua afirmação política em França.

Se há vinte anos a expressão política da nossa Comunidade era diminuta, os resultados das últimas eleições municipais, são a prova inequívoca de que a realidade mudou. E que esta mudança tem de ter ressonância, também, para as eleições em Portugal.

Esta afirmação política, sucede a uma integração conseguida e a um papel de destaque há muito tempo assumido na sociedade francesa. De destacar que são vários os políticos de origem portuguesa que hoje exercem cargos de Presidentes de Câmara, de Vice-Presidentes de câmaras Municipais, de Conselheiros Distritais ou Regionais e até de Deputados à Assembleia da República Francesa.

Mas este caminho teve muitos obstáculos. Desde logo, confrontada durante muitos anos com a impossibilidade legal de poder participar nas decisões políticas do país de residência e, alguma resistência por parte da sociedade local.

Com a entrada de Portugal na União Europeia e os direitos políticos associados à cidadania europeia, tudo mudou. Uma mudança que a Cívica soube alavancar através da realização de campanhas de sensibilização da nossa comunidade para a participação política e formação de quadros para capacitar a nossa comunidade de elementos capazes de poderem fazer a diferença numa eventual candidatura.

A Cívica reúne autarcas de diversos quadrantes políticos, de várias confissões religiosas e de origens bem diferentes. No entanto, não podemos esquecer que o principal elo de ligação de todos estes agentes políticos é a língua portuguesa. E aí, a ligação de Portugal com esses autarcas é insuficiente e afasta toda uma sociedade de Portugueses a residir em França dos actos eleitorais em Portugal.

As propostas dos autarcas e delegados da associação CIVICA para uma maior participação democrática e eleitoral para sufrágios nacionais são conhecidas. Uma maior simplificação e facilitação do acesso aos atos eleitorais em que as comunidades eleitores possam participar.

Não faz sentido o ainda grande afastamento das comunidades para os processos eleitorais em Portugal. Enquanto muitos países têm votação a distância, em Portugal só se fala em testes de votação via internet. Será que o país que recebe o Web Summit não tem capacidade de responder a este desafio?

Não devemos ter medo da participação democrática e aproveitar as boas práticas de outros países com o voto na internet a distância e avançar.

No próximo ano, dia 30 de janeiro 2022, vamos ter eleições legislativas com boletins de votos que nos vão chegar a casa. Devemos, nas comunidades, estarmos atentos e exercer o nosso direito de voto e eleger os nossos quatro deputados.



Paulo Marques

Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas em França

ARTES E ARTISTAS LUSOS

Ismaël Sequeira

[Website oficial](#)

[Facebook](#)

[Instagram](#)



Ismaël Sequeira nasceu em 1969, na ilha de São Tomé. Começou a pintar como autodidacta desde muito novo. Em 1980 participa em diversos acontecimentos artísticos na sua cidade natal e aos treze anos participa, com desenhos à cera, na sua segunda exposição colectiva. Em 1991 viajou para Lisboa e começou um novo ciclo de formação artística, que culminou em 2003 com a licenciatura em Artes e Escultura na Faculdade de Belas Artes. Atualmente desenvolve o seu trabalho como artista plástico e participa em vários projectos na área artística e cultural em Portugal e em São Tomé e Príncipe.

Como nasceu a paixão pela pintura?

A infância é o melhor estágio nato para qualquer criança manifestar as suas qualidades artísticas e criativas. A dedicação, estudo e trabalho fazem o resto... E comigo aconteceu assim, nesta terra equatorial onde a força da natureza e a vivência estimulam a criatividade e o contexto sócio familiar ajudaram o meu crescimento artístico.

Quais foram as principais influências das artes plásticas na sua pintura? Porquê?

A minha pintura tem várias influências e não são somente do universo artístico.

Durante o meu crescimento e vivências tive contactos com livros e revistas primeiramente na infância, com obras e alguns artistas nacionais como o Canarin, Sum Desenho, Flávio Trindade, o meu avô Veoide Pires dos Santos, o Cesaltino da Fonseca, Protasio Pina entre outros em São Tomé. Ainda na adolescência os mestres coreanos com que trabalhei na realização de cenários para espectáculos culturais e desportivos. O Leonardo da Vince, Rafael e Miguel Ângelo foram os homens do renascimento que muito admiro. O contacto com Malangatana na realização de dois murais na ilha foi fantástico. Depois de estudar belas artes as minhas referências aumentaram muito.

Participa frequentemente em ações diversas ligadas às artes plásticas e não só. A cultura tem uma grande importância na sua vida?

A cultura é o motor que move a sociedade. É o oxigénio que alimenta essência. Sempre tive o privilégio de estar neste meio e assim estruturar a minha vida.

Nasceu em São Tomé e Príncipe mas acabou a viver com a sua família em Portugal. Passados estes anos, acha que foi uma boa opção?

Sem dúvida que foi a melhor escolha, mas com muita dor por não fixar a minha residência no arquipélago e empreender com mais empenho no desenvolvimento do país. Não tenho dúvidas que





estar no exterior temos mais oportunidades e meios para contribuir com outras valências para o crescimento da nossa terra.

O que mais gosta em Portugal e São Tomé e o que menos gosta nos dois países?

Não gosto de fazer este tipo de comparação. São países com realidades antagónicas e gosto das duas. De São Tomé e Príncipe a sua beleza natural e de Portugal gosto do ambiente sociológico.

A exposição itinerante Obras de Capa iniciou a sua viagem pelo mundo, estando neste momento as suas obras expostas no Camões – Centro Cultural Português em São Tomé. Fale-nos um pouco da sua envolvimento neste projeto, e o que pensa deste formato para a divulgação dos artistas plásticos?

Este projecto tem o seu início como ilustração de doze capas de revista, na qual fui desafiado pelo Jorge Vilela e respondi com paixão e tudo fiz na crença de que o mesmo poderia crescer. O Vilela é enérgico e eu gosto de ser positivo. Assim andamos juntos a idealizar, a planear, a construir e discutir muito



para que as coisas pudessem acontecer. A minha viagem de férias foi mais um factor que permitiu o início do percurso itinerante e internacional deste projecto expositivo. Vamos iniciar a viagem no Centro Cultural Português de São Tomé.

Acha que é possível viver em Portugal só da pintura?

Sim, é possível, mas é muito difícil para um mercado pequeno e instável.

Como consegue conciliar a sua profissão (no SEF), a família e os inúmeros projetos culturais que está envolvido?

“Quem corre por gosto não se cansa.” Para se conseguir é necessário planear com rigor, ter disciplina e organização do trabalho e dormir pouco.

Sabemos que gosta muito de escrever. Para quando o primeiro livro?



O meu saudoso bisavô paterno dizia que um intelectual não tem propriamente a obrigação de escrever um livro, mas sim a de produzir informação, escrever memórias e um dia alguém há de partilhar esse conhecimento em livro. Por enquanto, vou seguir o seu caminho e quem sabe um dia ...?

Quais são os seus projetos para 2022?

Tenho vários projectos em andamento. Um deles é concluir o mural monumental de mosaico cerâmico de homenagem ao meu avô Veoide Pires dos Santos.

Pensa regressar a São Tomé e Príncipe?

Já não penso no regresso. Tenho a vida bem construída em Portugal. Terei sempre o prazer de todos os anos visitar a ilha e regar as plantas ornamentais do meu sonho.

Qual é o seu maior sonho?

Ter um jardim e um templo de arte em São Tomé.

Uma mensagem para todos os artistas do mundo.

Sonhem e trabalhem muito com paixão.



Terry Costa
Presidente do Conselho Cultural da AILD

AMBIENTE

Portugal

Um país em processo de eucaliptização

Na Europa, Portugal, é hoje o país com maior área ocupada por plantações de eucaliptos e, a nível mundial, ocupa a 5.^a posição. À frente de Portugal, só a China, o Brasil, a Austrália e a Índia, que possuem territórios, 104, 92, 83 e 36 vezes maiores que o nosso, respectivamente. Em termos relativos, não há outro país do mundo com uma desproporção tão elevada entre a dimensão territorial e a área ocupada pelo eucaliptal.

Os quase 900.000 hectares ocupados por esta espécie correspondem a cerca de 10% da superfície do território continental português, ocupando uma área muito su-

perior à das espécies autóctones, onde se incluem, os sobreiros, os carvalhos e as azinheiras, entre outras. Comparativamente aos eucaliptos, estas espécies autóctones, apresentam um crescimento mais lento, são mais resistentes ao fogo, consomem menos água e servem de porto de abrigo a milhares de animais e de outras plantas.

O eucalipto, muitas vezes denominado de “petróleo verde”, ao lado do pinheiro bravo, são os exemplos paradigmáticos do forte investimento florestal em monoculturas que, não deixando de ser plantações de árvores, não são uma floresta. Uma floresta é muito mais que isso! Investe-se na monocultura do eucaliptal por-

que é muito lucrativa, porque o seu retorno económico é imediato, quando comparado com o lucro resultante das florestas autóctones. Esta expansão descontrolada das plantações de eucaliptos tem tido consequências nefastas ao nível da utilização tradicional das florestas, da preservação dos solos, da perda de biodiversidade e da gestão dos fogos florestais.

Para mitigar o grave problema dos fogos nas plantações de eucaliptos, as associações Acréscimo e Quercus propõem, entre outras medidas, a plantação de faixas laterais às estradas com cerca de 20 metros (50 nas auto-estradas) a partir da berma onde se plantariam espécies autóctones, mais resistentes aos fogos.





O interior despovoado é terreno fértil para a progressão descontrolada do eucaliptal. Os terrenos não cultivados tornam-se uma fonte de prejuízo devido à necessidade constante de limpezas. Perante isto, a solução mais fácil encontrada por muitos proprietários passa pela plantação de eucaliptos, com os quais obtém alguns rendimentos a cada 10 anos, até aos 30. Todavia, após alguns anos, é necessário arrancar e replantar de novo. Este processo acaba por absorver uma parte considerável dos rendimentos obtidos nos cortes dos anos anteriores, pelo que, alguns proprietários acabam por deixar os terrenos ao abandono, invadidos por matagal e por outras espécies invasoras. Os graves incêndios de 2017 vieram dizer-nos, da pior forma possível, que a organização das nossas florestas precisa mudar. Precisa mudar, muito! Entretanto, produziu-se nova legislação com o intuito de restringir a proliferação de plantações de eucaliptos, como forma de evitar

catástrofes semelhantes no futuro, mas sem grandes resultados práticos. Apesar das alterações legais, no terreno, tudo ficou na mesma, com as devidas exceções.

Recentemente, o Governo português decidiu aumentar a área para plantação de eucaliptos, quando se tinha comprometido a reduzi-la, facto que gerou bastante contestação por parte de várias organizações ligadas à protecção do ambiente. As pessoas estão cada vez mais empenhadas na defesa das florestas, da água, dos ecossistemas, numa visão menos economicista que aquela que vingou até alguns anos atrás.

Indiferentes à contestação popular, as plantações avançam, a coberto ou à margem da lei.

Portugal, é desde meados do séc. XIX, um país em processo de eucaliptização!



Vítor Afonso
Mestre em TIC



AILD
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DOS LUSODESCENDENTES

**OFERTA FORMATIVA
À SUA MEDIDA**

**FORMAÇÃO MODULAR
CERTIFICADA**
Frequência gratuita
Formação Online/Presencial

ATIVOS EMPREGADOS
Por conta própria
Por conta de outrem

Certificado de habilitações
Subsídio de alimentação

Visite o nosso site em aild.pt e inscreva-se já

Contactos
info@aild.pt
+351 939 082 261
Rua Latino Coelho 87
1050-134 Lisboa
aild.pt

Colaborado por:

 **POISE**
Programa Operacional de Intervenção Social

 **PORTUGAL
2020**
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

 **UNION EUROPEA**
Fondo Social Europeo

 **ProfiForma**
Potencial Humano



a fava

*espero que me calhe aquela fava
que é costume meter no bolo-rei:
quer dizer que o comi, que o partilhei
no natal com quem mais o partilhava*

*numa ordem das coisas cuja lei
de afectos e memória em nós se grava
nalgum lugar da alma e que destrava
tanta coisa sumida que, bem sei,*

*pela sua presença cristaliza
saude e alegria em sons e brilhos,
sabores, cores, luzes, estribilhos...
e até por quem nos falta então se irisa*

*na mais pobre semente a intensa dança
de tempo adulto e tempo de criança.*

Vasco Graça Moura,
in 'O Retrato de Francisca Matroco e Outros Poemas'



1981 CCP 1ª reunião Palácio Foz

CADERNO ESPECIAL

40 anos pelo Diálogo e a Cooperação

Um louvor ao trabalho do
Conselho das Comunidades Portuguesas



O Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) é o órgão consultivo do Governo para as políticas relativas às comunidades portuguesas no estrangeiro. Compete-lhe, em geral, emitir pareceres, produzir informações, formular propostas e recomendações sobre as matérias que respeitem aos portugueses residentes no estrangeiro e ao desenvolvimento da presença portuguesa no mundo, seja através da educação, da cultura ou do empreendedorismo, abordando tanto questões sociais como questões consulares.

O CCP é composto por um máximo de 80 membros, eleitos por círculos eleitorais correspondentes a áreas de jurisdição dos postos consulares ou, quando não possível, por grupos de áreas consulares, países ou grupos de países, por mandatos de quatro anos, através de sufrágio universal, direto e secreto, convertendo os votos em mandatos segundo a média mais alta do método de representação proporcional de Hondt.

O Conselho surgiu na década de 80, tendo sido instituído por um Decreto-lei em setembro de 1980, com início de

atividade eletiva em abril de 1981, sendo o segundo mais antigo da Europa. Desta feita, 2021 representa o incontornável marco dos 40 anos de existência deste órgão nacional que, tem feito um percurso determinado e persistente, porém pautado por recorrentes desafios e obstáculos que, mesmo com a crescente popularidade de Portugal e da portugalidade em todo o mundo, parecem continuar a demarcar o caminho e o propósito do CCP.

A filosofia que tem presidido ao Conselho baseia-se no diálogo e na cooperação entre partes iguais: Governo e representantes das comunidades. Nas palavras do seu atual presidente, Flávio Martins, o papel do CCP para a lusofonia, para a nossa cultura e para as comunidades portuguesas espalhadas pelo globo é ser “um catalisador de ideias, esperanças, necessidades, críticas e de outros importantes sentimentos ou estados que as nossas Comunidades nos apresentam”. Ainda sobre este tema salienta que, “um dos pilares da nossa ação é fazer com que uma verdadeira política de reconhecimento e valorização das Comunidades



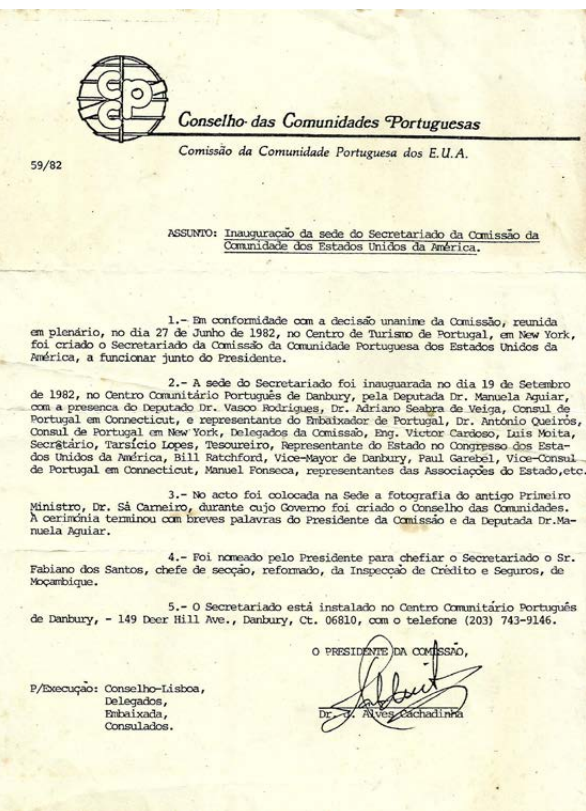
1983 CCP 2ª reunião Porto | 1984 CCP 3ª reunião Fortaleza | 1985 CCP 4ª reunião Funchal

por qualquer Governo, parta dialeticamente da auscultação e do aprendizado do que é viver fora de Portugal (mesmo que integrado ao país de acolhimento), sem deixar de estar ligado à portugalidade”.

Importa ainda salientar a ênfase dada à participação do movimento associativo dos portugueses no estrangeiro com o propósito de reconhecer o seu papel central na organização e desenvolvimento das Comunidades, na sua capacidade de preservar a língua, a cultura e a identidade nacional. Contudo estes 40 anos de existência, como já foi referido, têm sido demarcados por diversos desafios que, de um modo geral, segundo o testemunho de muitos dos seus membros ao longo dos tempos, impedem o pleno desempenho do propósito deste Conselho. Trata-se, assim, de um percurso algo sinuoso e irregular devido, sobretudo, ao escasso interesse demonstrado por vários Governos

e outros órgãos do nosso país, em cumprir com os objetivos ínsitos para este Conselho. Daí o CCP ter tido, até ao presente, uma existência assaz periclitante, com debilidades e dificuldades de reconhecimento e legitimidade, contra o que o CCP tem historicamente formulado propostas.

O conselheiro Pedro Rupio explica que neste quase meio século de existência, a principal função que o CCP deve desempenhar tem sido “bastante condicionada com a vontade, ou falta de vontade, da tutela de ver no CCP o seu natural interlocutor”. Pedro Rupio diz, no entanto, acreditar “que o caminho dos últimos anos tem ido no sentido do amadurecimento dessa relação institucional” e que “o desafio que se segue será a consolidação dessa relação”. Ademais, para este conselheiro, o seu próprio percurso ajuda a revelar uma outra faceta, igualmente importante do Conselho. Neste caso, mais concretamente, o papel de aprendizagem



1982 CCP E.U.A.



1984 CCP Danbury

e enriquecimento que só através da existência e persistência desta instituição, se torna possível. “A aprendizagem foi constante”, afirma Rupio, “no domínio das políticas públicas das Comunidades, no conhecimento de outras Comunidades, naquilo que pude aprender com demais Conselheiras e Conselheiros, na forma como evolui enquanto indivíduo”. O conselheiro recorda ainda o papel das pessoas que, mesmo fora das comunidades “têm levado a algumas vitórias importantes”.

Para conseguirmos perceber em maior profundidade o que estas dificuldades que o CCP e os seus membros, dos mais vetustos aos mais jovens, têm sentido ao longo destas 4 décadas, bem como as suas implicações práticas, vamos enquadrá-las no contexto histórico, cultural e social, desde a sua criação até à atualidade. Entre o início da década de 80 e meados dos anos 90, muitos portugueses voltaram a procurar além-fronteiras, por novas oportunidades e esperanças. Espalhados pelo globo, estas comunidades compostas por indivíduos e famílias, dos mais altamente qualificados aos funcionários mais técnicos e operacionais com

menores qualificações académicas, à semelhança dos seus antepassados marinheiros, foram com o peito e a coragem em busca de uma vida melhor.

Não muito tempo depois, com o rebentar da crise económico-financeira à escala mundial e a entrada da Troika para orientar o Governo na recuperação das contas públicas, voltou-se a verificar uma das maiores vagas de emigração da história mais recente do nosso país. No decorrer desse período, mais de 5 milhões de portugueses viviam então no estrangeiro, criando novas raízes, abrindo negócios, ajudando outros empreendimentos a crescer, integrando-se na vida e na cultura dos países que os acolheram. No entanto, esta etapa da nossa história mais recente, foi demarcada por muitas incertezas e o Conselho das Comunidades Portuguesas, poderia ter tido um papel muito mais ativo e facilitador, não fossem justamente os entraves já enunciados, que tiveram de enfrentar.

Em entrevista ao LusoJornal, Maria Manuela Aguiar, antiga Secretária de Estado e uma das principais agentes na frente da criação do CCP, explica que a maioria das vezes



1985 CCP 4ª reunião Funchal

a dificuldade em estabelecer o diálogo com o Governo, derivava de um desconhecimento da medida em que o diálogo era oportuno e em aceitarem as críticas que eram feitas no sentido de melhorar e facilitar a vida das comunidades. Além das dificuldades no diálogo, nesta entrevista, Manuela Aguiar refere ainda o desconhecimento generalizado do objetivo com que o CCP foi criado: a codefinição de políticas de emigração, para que estas fossem mais eficazes. “Nós não estávamos a funcionar como um estereótipo das comunidades, mas como seus verdadeiros representantes, com provas dadas” afirma.

Sobre esta visão aparentemente generalizada dos diversos governos sobre o próprio CCP, ao longo destes 40 anos, o atual presidente deixa-nos o seguinte testemunho:

É de reconhecimento geral (dos atuais e dos antigos conselheiros/as) que os maiores desafios sempre foram, e con-

tinuam a ser, superar a pouca visibilidade à qual diversos Governos lançaram o CCP – muitas vezes visto como um grupo que só critica e reclama. Outro enorme desafio, que talvez decorra desse primeiro, foi a falta de estrutura: desde os orçamentos os quais, mesmo tendo aumentado nos últimos anos, revelam-se insuficientes para realizarmos as atribuições legais que este Conselho tem, até a falta de um local e de um grupo técnico exclusivo e permanente. Não é nada fácil estarmos espalhados nos 4 cantos do mundo, em diversos fusos horários e ainda termos de realizar reuniões, documentação e contatos em Portugal e entre as diversas Comunidades. É verdade que temos o apoio compartilhado de abnegados técnicos da DGACCP ou do GSECP, mas eles também têm suas outras atividades junto ao Governo.

Face a todos estes desafios homéricos poderíamos deses- perar e cair na tentação de salientar os ciclos viciosos, apa-



1986 CCP 5ª reunião Maringá | 1986 CCP 5ª reunião Toronto | 1986 CCP 5ª reunião Toronto | 1986 CCP 5ª reunião Maringá

rentemente padronizados, dos governos portugueses em criarem as dificuldades e obstáculos para os próprios organismos, instituições e serviços que criam afim de tornar Portugal um país de referência pela sua qualidade política, na atenção aos detalhes para melhoria da qualidade de vida da sociedade que o compõe (dentro e fora das nossas fronteiras), ou da abertura para um diálogo construtivo onde os egos são postos de lado para manter o foco onde realmente importa – o bem-estar geral de todos os portugueses. No entanto, o que aqui se pretende destacar é, efetivamente, a determinação e persistência de todos os membros deste Conselho ao longo dos anos, para conseguir ficar mais perto de cumprir com indiscutível qualidade e rigor, o seu propósito de existência.

Se em duas palavras tivéssemos de definir o CCP, seriam sem dúvida ‘resiliência’ e ‘arrojo’. Ouvindo e lendo os testemunhos e histórias dos vários conselheiros e presidentes do CCP percebemos que apesar de haver um certo desalen-

to perante as adversidades que têm de enfrentar perante as instâncias governativas, podemos entender que esse sentimento é derivado de uma genuína e inabalável empatia e ligação com as comunidades portuguesas em todo mundo. Como nos relembra Manuela Aguiar “o associativismo nas nossas comunidades constituía a base da vida coletiva, da preservação da língua, dos costumes e tradições, da identidade portuguesa – fortíssimo a nível de cada cidade, ou, quando muito, de cada país, todavia, sem dimensão internacional”. É este espírito que o CCP encarna e é este sentido de união, aliado a uma vontade incansável de se fazer ouvir, para favorecer a federalização do movimento associativo, a nível mundial, sem a interferência do Estado, e, por outro lado, trazer ao Governo, pela livre voz da das Comunidades, a valoração das políticas públicas, na sua maior ou menor adequação a realidades diversificadas, com um apelo à sua cooperação em projetos partilhados.

Quando questionámos Flávio Martins sobre os seus dese-



1983 CCP 4ª reunião Porto Santo | 1987 2ª reunião do Conselho Permanente | 1986 CCP Capetown | 1986 CCP Danbury

jos para o futuro do CCP, o seu presidente atual diz-nos que espera que o Conselho “seja efetiva e dignamente reconhecido como o interlocutor das nossas Comunidades”, pondo um fim a qualquer tentativa de “minimizar, secundarizar ou deslegitimar o CCP”, tornando claro que a derradeira preocupação deste órgão é “a globalidade das nossas Comunidades”. Para esta finalidade, Flávio Martins vê como maiores desafios para o futuro próximo a melhoria da estrutura do Conselho e a melhoria da comunicação interna e externa, especialmente com outros órgãos de soberania, com partidos políticos, com movimentos sociais das Comunidades e em Portugal, e com a comunicação social. Para conseguirem alcançar estes objetivos o CCP tem atualmente trabalhado, essencialmente, em 3 grandes projetos:

1) A participação cívica nas Comunidades, especialmente agora com o enorme capital político em decorrência do nú-

mero de eleitores reconhecidos;

2) O atendimento atempado e simplificado do Estado a quem vive no estrangeiro (funcionamento dos Postos Consulares, documentação, tributação, apoios sociais etc);

3) A língua e a cultura serem o alicerce na ligação à Portugalidade.

40 anos de história – com inúmeras reestruturações e desafios, com tantas vozes, desejos e sentimentos que podiam trazer tanto mais valor se mais abertura houvesse para que ele fosse acrescentado – são difíceis de colocar em poucas páginas. Nas palavras da própria Manuela Aguiar, todo o trabalho do CCP, sobretudo nos últimos anos merecia uma biblioteca.

“Na emigração, a língua e, mais latamente, a Cultura estão sempre no centro das preocupações, com um reflexo direto na vida do CCP, que é, verdadeiramente, uma gran-



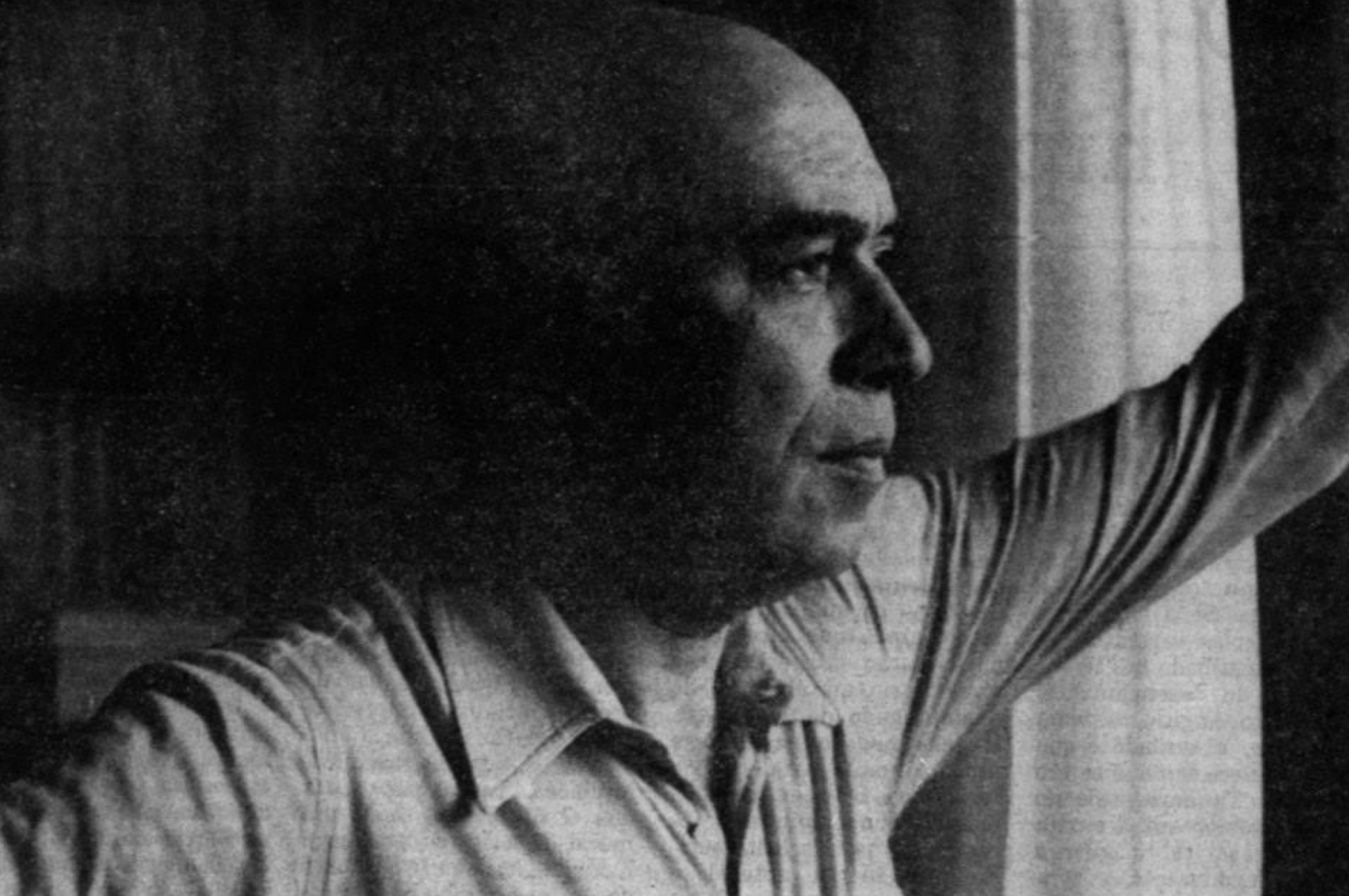
1985 CCP Porto Santo sessão de trabalho | 1986 CCP 5ª reunião Toronto | 1985 CCP reunião preparatória no MNE

de instituição do mundo da lusofonia”, diz-nos Manuela Aguiar como introdução para a sua visão de futuro do CCP. “Espero que, para além de agregar os Portugueses de passaporte, possa, também, unir, um dia, outras comunidades lusófonas e lusófilas, como propunha a legislação original, que não exigia aos Conselheiros o requisito da nacionalidade”. Contudo a reforma mais ambicionada por esta grande figura do Conselho das Comunidades Portuguesa, que há muito defende, e estima agora que se concretize é a “constitucionalização do CCP, um maior grau de autonomia e de recursos funcionais e a obrigatoriedade de ser consultado em matérias relevantes para as comunidades portuguesas”.

É de esperar que, tamanha resiliência ao longo de tantos anos demonstrada, mais cedo do que mais tarde, venha a tornar-se realidade. O nosso país (sobretudo os portugueses que aqui ainda habitam, embora pouco ou nada cientes disto) precisa de recuperar o orgulho nacional e de perceber a qualidade do que é feito pelo seu povo aqui e além-fronteiras. E que melhor forma pode haver de fomentar este espírito, que não seja através do incentivo a esta união e diálogo, entre todos os portugueses e todas as comunidades, que o CCP tenta tão diligentemente promover? Esperamos, sem fatigar a esperança, e sonhamos, conservando-nos acima do sonho, que os governos vindouros, venham a fazer justiça ao propósito e missão deste Conselho.



Tiago Robalo
Jornalista Descendências



LITERATURA PORTUGUESA

Fernando Namora **Parte II**

Uma Autobiografia Disfarçada ou Os Outros que o Fizeram

«É sempre de nós que falamos», escreve Fernando Namora na sua *Autobiografia*. Uma biografia que, justamente, se faz com a narrativa das pessoas ao seu redor. Conhecendo-as, adentramos no autor e na sua obra, que parece procurar camuflar-se, desvelando-se no próximo: «conheço melhor o alheio e o conhecimento do alheio permite-me conhecer melhor o que sou e o que somos». (*Jornal sem Data*, p. 38). E, talvez por isso, inicia a sua autobiografia a falar-nos de alguém que não ele: Calhica. Calhica é, tomando as suas palavras emprestadas, uma *idosa mulher castiça*. Outrora contrabandista, dedicou-se

mais tarde a acompanhar turistas em Monsanto. E nesses encontros com turistas fala-lhes de Fernando Namora e do seu heroísmo. Um heroísmo efabulado, que envolve contrabando, militares, balas e uma interposição de Namora entre estas e o corpo de Calhica. Poucas páginas adiante, fala da sua infância também através de outros. Confessa mesmo que se lembra mais das pessoas: «Que foram, pois, os meus verdes anos? Repito: lembro-me de muito pouco. Ou seja: não me lembro de mim, apago-me secretamente. Lembro-me mais das pessoas, de certas pessoas.» (*Autobiografia*, p. 12).



E enumera-as. Fala do Padre-Boi, alcunha de João Antunes, amante das artes que financiava uma Escola de Artes e Ofícios para os jovens do concelho de Condeixa. Fala também do seu vizinho Gabriel, alfaiate e leitor voraz, assim como de Joaquim Melâneo, pintor. Voltará a referir-se a estes, num encontro cuja intervenção se encontra na obra *Sentados na Relva*: «Condeixa dos prados, das azenhas, dos arroios da minha infância, onde homens como Joaquim Me-

lâneo e António Moita me ensinaram a descobrir a beleza nas coisas e a tentar fixá-la numa tela, e outros, como o meu vizinho Gabriel e João Lóio, me revelaram o mundo daqueles livros onde se falava de gente verdadeira (...).» (*Sentados na Relva*, p. 157). É desta *gente verdadeira* que também ele vai falar, nas suas obras. É esta *gente verdadeira* que dará o nome de neorrealismo à corrente literária em que a sua obra se insere.

Namora chama a si e aos seus conterrâ-



neos «(...) filhos de uma terra de artistas – e talvez seja esse molde uma das explicações para a instabilidade inquieta, para o fascínio pelo desconhecido, pela aventura, pelo risco e até pelo drama que têm caracterizado muitos dos que aqui foram nascidos.» (*Sentados na Relva*, p. 157) Características não apenas alheias, mas próprias também. E determinantes para si e para a sua obra: «Um escritor tem de ser antes de mais uma sensibilidade e uma inquietude que se descobrem.» (*Encontros*, p. 226) Retomando a sua *Autobiografia* como bússola neste percurso inter pessoal, Fernando Namora fala logo de seguida dos seus pais: «Meu pai era o viajante de sonhos (...) minha mãe era o real, a vida olhada de frente.» (*Autobiografia*, p. 15). O pai,

que quase todos recordamos do poema *Um Segredo*, «tinha sandálias de vento» (*Nome para uma Casa*, p. 18), e a quem Namora confessa grande admiração. De facto, o outro sempre lhe provocou admiração: «(...) sei que toda a vida senti o deleite de admirar. Admiro sem escolher entre os que humanamente me justificam simpatia ou antipatia. (...) A admiração sou eu que a saboreio, é um prazer meu, não deles.» (*Autobiografia*, p. 19). E mais adiante volta a enumerar as diversas figuras com quem, como diz, teve o privilégio de conviver: Professor Gentil, Jaime Cortesão, Sérgio, Aquilino, João de Barros, Fernando da Fonseca. (*Autobiografia*, p. 37). E percebemos que este curto texto, a que se chamou *Autobiografia*, tem mais dos outros que



de si próprio. Ou tem, por outro lado, a humildade e sabedoria de quem se sabe a construir-se com os outros, sejam eles rurais ou citadinos, homens do campo ou das letras, amigos ou pessoas com quem não se identifica. Mas sabe, e di-lo, a lembrar Ortega y Gasset, que «Cada pessoa é o que é e mais aquilo que lhe vão acrescentando.» (*Encontros*, p. 195). Fernando Namora soube acrescentar-se e deixou que lhe acrescentassem. E se na sua *Autobiografia* fala dos demais, ao longo dos seus romances descortina-mo-lo nos detalhes das personagens que nos traça. Importa ao leitor separar o trigo do joio, a ficção da realidade, e saborear ambas.

«— Avô, que é ser escritor?

Repito a resposta que te dei há pouco:

— É por aqui no papel o que precisamos de dizer às pessoas.

E depois?, perguntarás. Depois cada um lerá no que escrevemos mais ou menos o que lá deseja encontrar. A simpatia ou a antipatia vêm coisas diferentes nas mesmas coisas. E todo o escritor escreve para quem o ama e para quem o detesta. A partir de certa altura, como um céu tempestuoso serenado na distância, tudo isso, aliás, se desvanece: o escritor vai sentindo que a sua porfia é fundamentalmente uma aposta no futuro.» (*Estamos no Vento*, pp. 84-85)



Vanessa Martins
Casa Museu Fernando Namora

SAÚDE E BEM ESTAR

E se um dia precisar de cuidados paliativos?



Os historiadores consideram que o “cuidado paliativo” já existia na antiguidade. Durante as Cruzadas na Idade Média, era comum encontrar “hospices” pelo caminho, que abri-

gavam doentes, famintos, mulheres em trabalho de parto, órfãos, pobres e “leprosos”.

Era muito mais uma forma de cuidado, acolhimento, proteção e alívio

do sofrimento do que de cura propriamente dita.

No século XVII, um padre francês fundou a Ordem das Irmãs da Caridade em Paris e abriu casas para

órfãos, pobres e doentes. Em 1900, as Irmãs da Caridade, irlandesas, fundaram o St. Josephs's Convent em Londres e, mais tarde, o St. Josephs's Hospice.

Oficialmente, os cuidados paliativos surgiram como prática na área da saúde na década de 1960 no Reino Unido com a médica, enfermeira e assistente de saúde Cicely Saunders, que dedicou a sua vida ao trabalho para alívio do sofrimento humano. Em 1967, fundou o St. Christophers Hospice em Londres, o primeiro serviço a oferecer um cuidado integral aos pacientes, controlando sintomas, aliviando as suas dores e sofrimentos, não apenas físicos como também psicológicos.

Na década de 1970, Elisabeth Kubler-Ross, uma psiquiatra suíça, trouxe esse movimento para a América. Em 1974, foi fundado um hospice nos Estados Unidos e, a partir daí, essa abordagem de cuidado passou a ser disseminada em diversos países.

Em Portugal, apesar de, desde XV, estes cuidados aparecerem descritos em alguns textos médicos, considera-se que os cuidados paliativos surgiram há 25 anos, com a inauguração da Unidade de Dor do Hospital do Fundão, que de imediato se transformou num Serviço de Medicina Paliativa.

Em 1994, surge a primeira UCP, com valência intra-hospitalar e apoio domiciliário, no Instituto Português de Oncologia, do Porto.

Em 1995, foi fundada, a Associação Nacional de Cuidados Paliativos, hoje designada, Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos.

No ano de 2012, surgem dois documentos legais da mais elevada importância: a Lei do Testamento Vital e a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos.

Em 2014, o governo, preconiza a obrigatoriedade de implementação de Equipas Intra-hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos nas Instituições Hospitalares no nosso país.

Em julho de 2018, surgiu a Equipa Intra-hospitalar dos Cuidados Paliativos Pediátricos do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO), da qual faço parte, como psicóloga.

De acordo com a OMS (2002), os Cuidados Paliativos correspondem a uma abordagem de intervenção que permite

melhorar a qualidade de vida dos doentes e das suas famílias que enfrentam problemas associados a doenças ameaçadoras de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento pela identificação e tratamento precoce da dor, assim como, de outros problemas físicos, psicossociais e espirituais.

O vocábulo paliativo é derivado do latim *pallium*, que nomeia o manto usado pelos cavaleiros das Cruzadas para se protegerem das tempestades, durante os caminhos percorridos. A terminologia denota, então, a ideia principal dessa abordagem que é cobrir, proteger e amparar.

Os Cuidados Paliativos consistem numa forma de assistência na área da saúde que se diferencia da medicina curativa. Enquanto a medicina curativa tem como objetivo o tratamento de determinada doença. O “cuidado paliativo” pressupõe a prevenção e controle de sintomas para todos os pacientes e suas respectivas famílias, que enfrentam uma doença **crónica complexa, limitante ou ameaçadora da vida**.

A OMS considera que se deve iniciar o tratamento paliativo o mais precocemente possível, concomitantemente ao tratamento curativo, utilizando-se todos os meios necessários para melhor compreensão e controle dos sintomas. Ao otimizar o conforto e a qualidade de vida por meio do controle de sintomas pode-se também possibilitar mais dias de vida (OMS, 2007).



De acordo com o Dec. Lei nº. 52/2012, os cuidados paliativos regem-se pelos seguintes princípios:

a) Afirmação da vida e do valor intrínseco de cada pessoa, considerando a morte como processo natural que não deve



- ser prolongado através de obstinação terapêutica;
- b) Aumento da qualidade de vida do doente e sua família;
- c) Prestação individualizada, humanizada, tecnicamente rigorosa, de cuidados paliativos aos doentes que necessitem deste tipo de cuidados;
- d) Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na prestação de cuidados paliativos;
- e) Conhecimento diferenciado da dor e dos demais sintomas;
- f) Consideração pelas necessidades individuais dos pacientes;
- g) Respeito pelos valores, crenças e práticas pessoais, culturais e religiosas;
- h) Continuidade de cuidados ao longo da doença.

A abordagem voltada para o ser humano na sua integralidade e a necessidade de intervenção em sintomas de natureza física, social, emocional e espiritual transformam a prática dos Cuidados Paliativos num trabalho necessariamente de equipa, de carácter interprofissional, que conta com médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos,

farmacêuticos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, assistentes espirituais ou da religião escolhida pelo paciente (Maciel, 2008).

Depoimento de Cristina Lopes, filha de um doente que falecera há cerca de dois anos:

“Tive a sorte de nascer no seio de uma família calorosa, onde o conceito “família” é sinónimo também de afetos, cuidado, celebração e proteção. Cuidamos uns dos outros no verdadeiro sentido da palavra.

Quando o meu pai foi diagnosticado com cancro renal (estádio 4+) foi ele próprio que nos anunciou sobre o seu estado. Em choque e conscientes do pouco tempo que tínhamos, fizemos tudo o que esteve ao nosso alcance para conseguir reverter um quadro que crescia de dia para dia, de forma descontrolada.

Depois de vários episódios tenebrosos, assistir ao sofrimento do meu pai foi muito penoso para todos. As idas ao hospital passaram a ser mais frequentes até que se reuniram as condições para o seu internamento, pelos piores motivos.



Perfeitamente consciente do seu estado de saúde e também do que viria a ser o seu desfecho, o meu pai sempre nos tranquilizou mostrando-se enternecido e acarinhado pelo corpo clínico de Cuidados Paliativos, no âmbito hospitalar.

Infelizmente o fim chegou depressa e hoje, passados dois anos e meio da sua partida, podemos dizer que sabemos que de alguma forma o calor, afeto, celebração e proteção – conceitos estes vividos desde sempre no nosso lar –, foram também proporcionados pela equipa de paliativos. Todos, sem exceção, foram extraordinários com o meu pai proporcionando-lhe um fim de vida digno e caloroso.

Mas não chegaram apenas ao doente. A todos nós, família direta, chegaram com palavras de carinho e conforto, sabendo preparar-nos para o pior sem nunca ser dramáticos ou fatalistas. Incansáveis, dentro do que estava ao seu alcance. Nunca haverão palavras suficientes para agradecer o que nos proporcionaram – além do calor humano, a dignidade e respeito que têm pelo doente são para além da nossa compreensão. São verdadeiros profissionais de saúde, que têm qualidades que vão muito além da formação académica – falo de qualidades humanas que, hoje em dia, estão em falta e que muito fazem a diferença. Obrigada.”

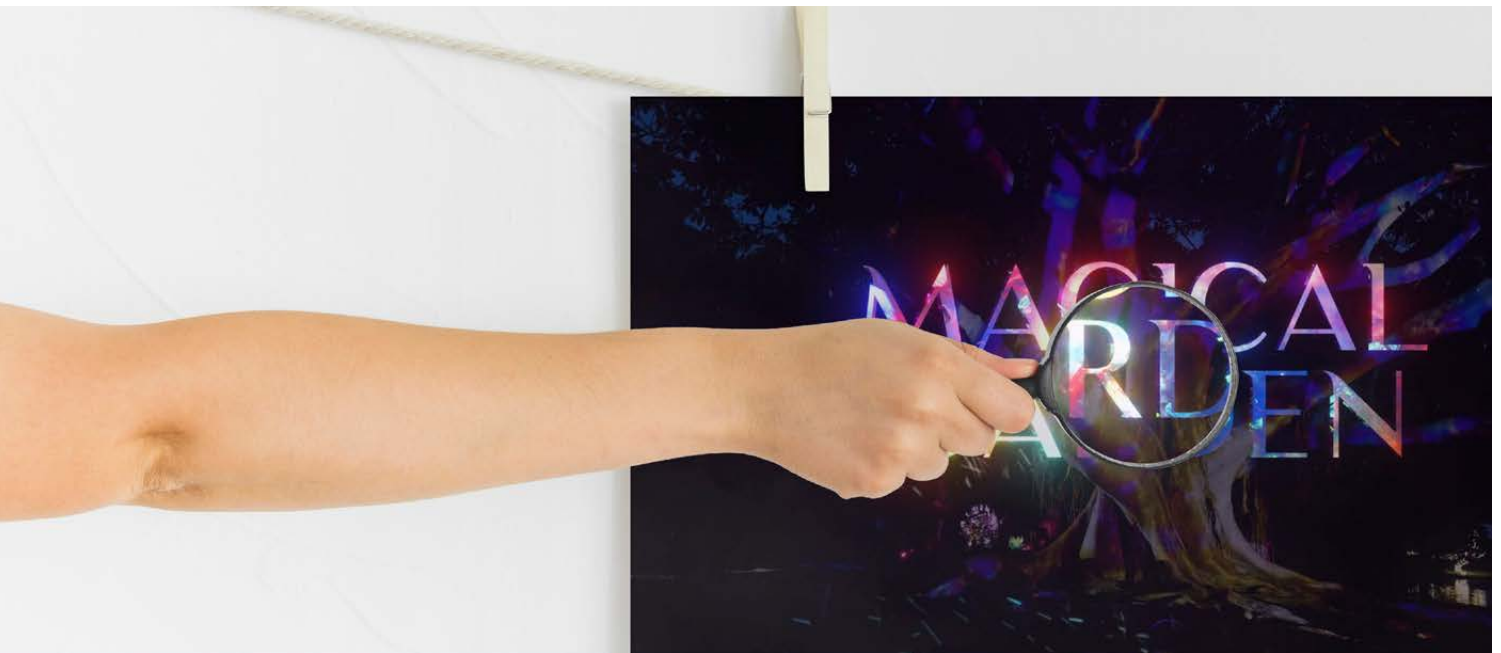


Sílvia Faria de Bastos
Psicóloga/Neuropsicóloga

| COM LUPA: CÁ DENTRO

Magical Garden

Uma viagem iluminada



Venha conhecer um dos mais emblemáticos jardins do Porto, numa incrível experiência sensorial...

Onde se situa?

O Jardim Botânico do Porto localiza-se na antiga Quinta do Campo Alegre e estende-se ao longo de 4 hectares, com jardins formais, jardim de plantas xerófitas, estufa de cactos, estufa tropical, estufa de orquídeas e arboreto. Aqui também se encontram a Casa Andresen, na qual se inaugurou em 2017 a Galeria da Biodiversidade – Centro Ciência Viva e a Casa Salabert, que em 2015 foi convertida no e-learning Café Botânico.

Este jardim constitui um espaço único, pela sua riqueza e raridade em termos de biodiversidade assim como pelo

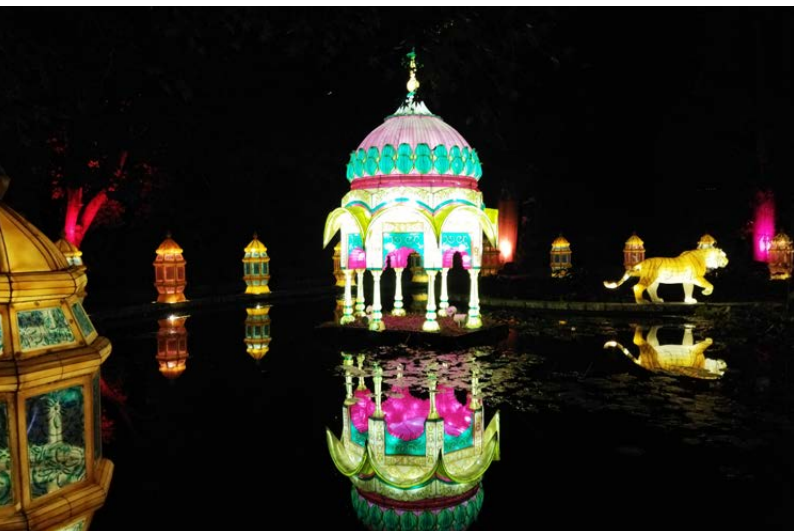
seu caráter literário, já que se tratou de um local de referência na vida e na obra de Sophia de Mello Breyner Andresen e de Ruben A.

Magical Garden

O evento concebido pelo estúdio internacional OCUBO, constitui um trajeto único no qual se encantará com light design na natureza, ambientes sonoros, vídeo mapping, lanternas luminosas e experiências interativas.

O percurso começa com um arco-íris que o convida a uma viagem por diferentes locais do mundo e diferentes períodos históricos.

O primeiro local é a China Misteriosa com inúmeras luzes



espalhadas que vão fazer com que se sinta no festival das lanternas. A cor vermelha, aqui predominante, simboliza a prosperidade, a riqueza e a fama.

Continue a caminhar e deparar-se-á com o Dragão de Macau que poderá visualizar através de vídeo mapping, na fachada da Antiga Adega da Quinta do Campo Alegre.

Flores de cerejeira à sua volta (Sakura) e flores de lótus, acompanhadas de Budas gigantes: Fudô Miyo-o, protetor do budismo e destruidor da ilusão e Shaka Nyorai, está no Japão Mítico. Fudô Myo-o surge com uma espada na sua mão direita para cortar os desejos egoístas e as mentes iludidas e ignorantes, uma corda na mão esquerda para

controlar a indisciplina da mente e as paixões e emoções profundas levando-as à autocompreensão, ao conhecimento, ao auto-controle e ao caminho certo e chama ao seu redor que consomem as impurezas e o todo o mal do mundo. Shaka Nyorai aparece com a mão direita levantada para que o encontremos na nossa busca pela salvação e com a mão esquerda repousada no seu colo, com a palma para cima para representar o seu apoio firme e próximo a todos os que o procuram em busca de proteção, evitando que estes se percam em perigos e erros.

Mudança de continente, rumo a África com o Egito Dourado, composto pelas estátuas gigantes de Anúbis (deus dos

mortos) e com inúmeras espécies, das quais se destaca a Cerastes cerastes, uma víbora altamente venenosa, e os camelos (estes movem-se por isso vale a pena parar para os observar, é fascinante!). Mantendo-se por estes recantos egípcios, testemunhará mais à frente, a partir de vídeo mapping, no tronco centenário da Árvore da Vida, a teoria concebida pelos mesmos dos quatro elementos: água, fogo, terra e ar.

Atravesse a Selva Perdida, repleta de destroços de civilizações antigas, animais e vegetações tropicais, com cores vibrantes e coloridas para chegar ao inacreditável Parque Jurássico. Aqui vai sentir de imediato a viagem no tempo até este período tão surreal, com inúmeras espécies de dinossauros como o Anquilossauro e o Velociraptor, que tal como os camelos, também se movem, o que torna o momento ainda mais realista.

A magia faz-se sentir, testemunhe agora o belíssimo e enigmático Lago do Leopardo, que parece saído de um conto de fadas.

Já se encantou com o leopardo?! Agora fascine-se com o

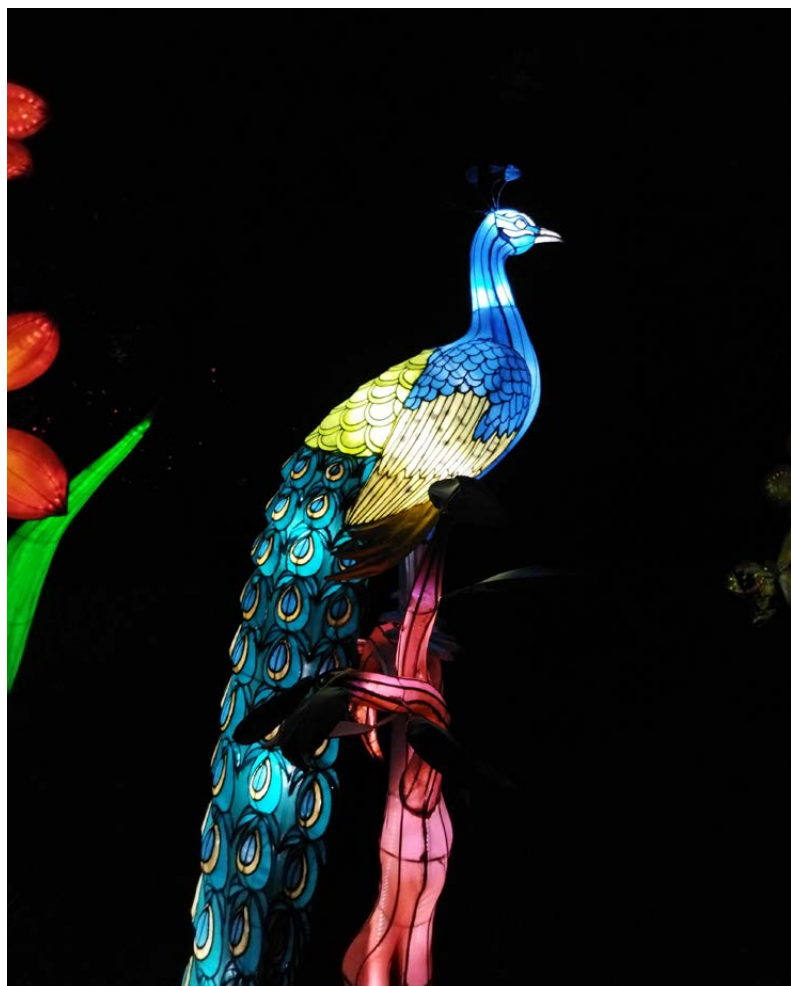
tigre e o elefante e os templos hindus, porque chegou à Índia Vibrante. O poderoso tigre é o símbolo nacional da Índia, já que é considerado a ligação entre o Homem, a terra e o reino animal, o que ajudou as pessoas a estabelecerem melhores relações com a terra na qual vivem. O elefante é o primeiro dos animados sagrados e simboliza a sabedoria, a longevidade, o poder e a benevolência.

Chegou até aqui a observar, sentir e ouvir ambientes sensoriais...não estará pois na hora de ter alguma participação nesta noite especial?! Com o espaço dos microcatos e dos macrocatos interativos tudo depende de si! Através de sensores de movimento, explore as tonalidades de cores que dão vida aos gatos. Para os microcatos tratam-se de movimentos apenas com as mãos, já no caso dos macrocatos pode divertir-se a dançar!

Voltando ao percurso, siga para o Deserto Espinhoso, onde verá tantas e tantas espécies de gatos, como a Opuntia engelmannii, especialmente iluminados para o acolherem nesta visita.

Se veio acompanhado pela sua cara metade, no Jardim das





Rosas terá o seu espaço romântico para namorar um pouco e descobrir os belos efeitos visuais nos azulejos que ganham vida. No último local do seu percurso, no Jardim das Orquídeas, sentirá uma atmosfera semelhante, por isso renda-se aos encantos florais e amorosos, acompanhados de ilustres pavões.

Ah! Mas entre estes belos jardins, tem um espaço muito

especial: Biodiversidade Encantada. Com vídeo mapping, a fachada da casa Andresen projetará uma mensagem importante antes de terminar a sua visita: o ciclo da vida. Não deixe de visitar o Magical Garden, garantimos-lhe que a experiência será inesquecível! Tem até 30 de dezembro de 2021, não perca a oportunidade!



Fatinha Pinheiro
Geógrafa

| COM LUPA: LÁ FORA

Croácia, Split

A capital da Dalmácia



Rumo à maior cidade da Dalmácia, temos como destino uma das mais belas cidades da Croácia, claro está, falamos da cidade de Split. Outrora uma cidade importante dos impérios Romano, Veneziano, Austro-húngaro e Jugoslavo, apresenta-se perante os viajantes como uma cidade contemporânea com uma visão muito própria de como preservar o seu património. Situada no centro da Dalmácia, cercada pelo mar Adriático, a cidade de Split tem como limítrofe um conjunto de montanhas circundantes. Desde a sua fundação, até aos dias de hoje a cidade terá beneficiado desta proteção natural, todavia o maior destaque assenta no seu porto e consequentemente na sua centralidade, recorde que estamos perante um dos maiores portos de passageiros de todo mediterrâneo. A cidade de Split estabelece a sua economia essencialmente de turismo e serviços associados, sendo que a maioria dos turistas que a visitam, aportam fazendo uso do transporte marítimo, outra possibilidade será o uso de transporte aéreo,

visto que aeroporto de Resnik encontra-se a 20km da cidade. A origem de Split encontra-se conotada com o apogeu do império Romano, não obstante de terem sido encontrados alguns vestígios arqueológicos que apontam para uma prévia ocupação de um povoado Grego sem expressividade. A fundação da cidade deve-se ao Imperador Romano Diocleciano, que terá governado entre anos 284-305 dC. De acordo com registos históricos Diocleciano, terá nascido em Salona, uma cidade na proximidade de Split e que da qual ainda restam ruínas. Em Salona, Diocleciano era visto apenas como um filho de um escravo, todavia os registos históricos retratam-no como um militar exímio, sendo que as notáveis campanhas militares contra os Persas, aliada à posição de comando da escola imperial de Marco Aurélio, viriam a ditar a sua nomeação como Imperador.

Durante o seu reinado, o Imperador Diocleciano terá preparado a sua “reforma”, desta forma ordenou a construção de

um Palácio a 20km de Salona, mais concretamente na área de Split. Durante a vigência do governo de Diocleciano, destaco a maior perseguição religiosa de sempre movida aos Cristãos. Após abdicar, Diocleciano terá vivido no seu Palácio, todavia os constantes ataques movidos em Salona por ávaros e eslavos, resultaram num êxodo populacional para as imediações Split dando origem à cidade que hoje visitamos.

Ao longo do tempo Split, terá estado sobre domínio Bizantino, Veneziano, Austro-húngaro, o que engrandeceu e diversificou o seu património cultural. Destaco um passado mais recente, no qual o fim da Primeira Guerra Mundial terá ditado a formação do Reino Sérvio, Croata e Esloveno, conhecido desde 1929 como Jugoslávia.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a cidade foi ocupada por Itália-Forças-do-Eixo, seguindo-se uma breve libertação pela resistência, todavia pouco tempo depois a liberdade viria a sucumbir às mãos da Wehrmacht-Alemanha Nazista. Durante este período, a cidade foi devastada pelos constantes bombardeamentos das tropas Aliadas, sendo finalmente libertada a 26 Outubro de 1944.

Mais recentemente em 1991, a Croácia declara a independência da Jugoslávia o que ditou um conflito armado na região entre que viria a ser notícia pelo genocídio étnico perpetuado na região entre Bósnios, Sérvios e Croatas.

A cidade de Split desenvolve-se à beira-mar, a avenida principal exponência o convívio harmonioso entre a cidade e o mar adriático. No verão, as ruas enchem-se de dia e de noite com centenas de locais e turistas que aproveitam o lugar para passear e contemplar a vista.

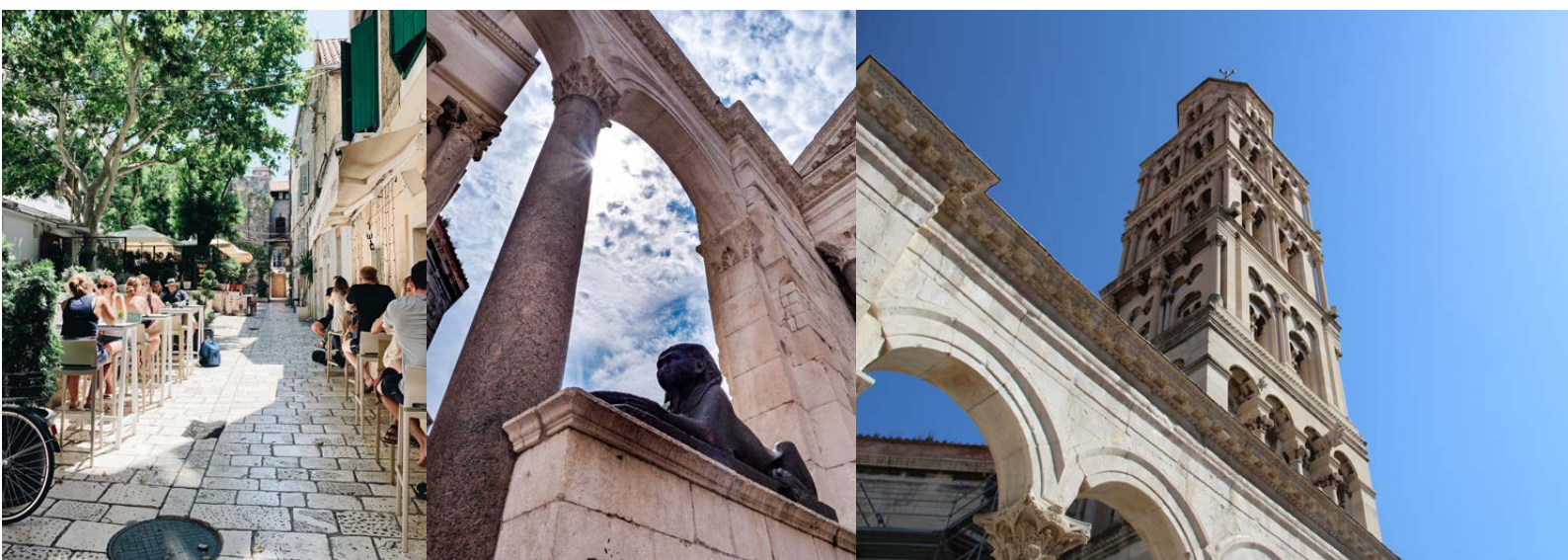
A viagem prossegue pelas ruas estreitas da cidade, construída em redor do palácio de Diocleciano, a cidade conseguiu preservar 1600 anos de esplendor patrimonial. Cidade **Património Mundial pela UNESCO**, permitirá ao viajante mais distraído identificar as estruturas arquitetónicas ímpares, nomeadamente, colunas, pedestais, padieiras, cornijas entre outros. A primeira paragem indubitavelmente passa por visitar o palácio do ilustre Imperador Diocleciano.

Palácio de Diocleciano

Construído entre Séc. I e II d.C. de forma retangular e completamente murado, preconiza a mescla entre uma fortificação Legionária e uma luxuosa casa de campo. Estruturalmente organizado em quadrantes, nele o viajante conseguirá ainda identificar a zona privada do imperador, termas, biblioteca e templos em zona oposta às estruturas inerentes aos trabalhadores e tropas, que serviriam o imperador e asseguravam a defesa da cidade.

O palácio de Diocleciano em Split, encontra-se diretamente ligada aos quatro (4) portões da cidade murada, nomeadamente Portão de Ferro, Prata, Latão e Ouro

Portão de Prata - Entrada preferencial na cidade, nas imediações um mercado local onde o viajante poderá adquirir produtos locais. Aproveite para contemplar os arcos e a qualidade da construção de outros tempos. Portão de Ouro - Construída de forma retangular, repleta de esculturas, servia como porta principal do palácio podendo apenas ser usada pela família real. A sua orientação privilegiada para Salona torna a porta de chegada das tropas do império.





Portão de Ferro – Portão de Ferro acolhe a adorável Igreja de Nossa Senhora do Campanário do século X.

Portão de Latão – Um dos portões mais carismáticos permite a passagem subterrânea entre a zona mais nobre palácio e o mar. Actualmente é ocupado por diversas lojas de artesões locais. O Abastecimento de água da cidade, era efetuado através de um aqueduto maioritariamente enterrado proveniente do rio Jadro nas imediações de Salona. Como qualquer cidade romana estaria equipada com banhos termais.

Peristilo do Palácio de Diocleciano

A peça central da cidade e do palácio, constituído por um conjunto de arcos assentes em colunas gigantescas, estamos perante a construção típica Greco-Romana. Local aprazível que figurava apenas nas casas mais ricas. O peristilo de Split era um local devidamente ornamentado, e nele podemos igualmente observar esculturas de esfinges e leões.

A imponência deste local é tal que foi usado na rodagem de diversos filmes, sendo um dos peristilos mais bem preservados do mundo. Aproveite os degraus para descansar e observe a vida que este local traz à cidade de Split.

Monte de Marjan

A cordilheira montanhosa circundante da cidade alberga o maior pulmão florestal. Caso tenha tempo, visite o parque natural especialmente ao entardecer, a vista sobre a cidade é deslumbrante. Utilizada pelos locais para a prática de atividade física, o monte de Marjan acolhe ainda um Jardim Zoológico local, e revela ser um local ideal para realização de um piquenique nos dias de maior calor.

Catedral e Torre do Sino de St. Dominus – Split

Localizada no centro da cidade, a Catedral erigida no Séc. IV, é actualmente a Catedral mais antiga do mundo, o seu propósito seria servir como mausóleo romano, preparado como túmulo do imperador. Curioso é o nome de St Dominus, que terá sido um dos sete cristão perseguidos, decapitado às mãos do imperador Diocleciano. Mais tarde, elevado a santo padroeiro da cidade, o povo viria a atribuir o seu nome à catedral da cidade.

Recomendo uma visita à Catedral, destacando particularmente a visita à cripta e à sacristia onde se encontra o principal tesouro da cidade, nomeadamente peças de arte sacra e as relíquias do santo padroeiro da cidade – São Dominus.



Forte de Kliss

Na proximidade de Split, é possível visitar o forte de Kliss, actualmente em ruínas, esta fortaleza medieval herda o nome da pequena vila no seu sopé. Utilizada como forte pelas tribos da Dalmácia, viria a ser reconicionado como castelo, servindo a coroa croata. De acordo com o registo histórico terá servido como primeira linha de defesa contra os avanços do império Otomano.

Localizado a 20 minutos da cidade, é possível visitar recorrendo aos transportes locais, procure a melhor vista sobre a cidade e será difícil não ficar satisfeito. Recentemente, o forte assim como centro histórico de Split, sofreram um aumento no número de visitantes, isto porque terá sido rodado neste local a série “Game Of Thrones”.

Trogir – A cidade Medieval

Nas imediações de Split, é possível visitar a cidade de Trogir, fundada no Séc. 3 d.C. terá conhecido o apogeu igual-

mente durante o império Romano. A cidade de Trogir situada numa espécie de ilha, destaca-se do continente. Considerado património da UNESCO desde 1997, protegido como património histórico essencialmente devido arquitectura Veneziana. Realço as portas da catedral da cidade de século 13 D.C., uma verdadeira obra de arte perpetuada por Radovan, um artista ímpar da Dalmácia. Para os mais aventureiros, fica o desafio de subir à torre principal da catedral, os degraus serão poucos para a vista panorâmica sobre a cidade.

Além da marina e da azáfama de pequenas embarcações lúdicas e piscatórias, Trogir apresenta-se nas águas cristalinas do adriático, com praias magníficas e é amplamente procurada por turistas. Trogir é uma cidade encantadora e cuja visita se torna obrigatório.

Visite a cidade Split, local idílico abençoado pelas águas cristalinas do Adriático.



João Costa

Doutorando em Sistemas Sustentáveis de Energia



| SABORES LUSOS EM ESTADO LÍQUIDO

A espuma dos dias

A expressão é usada, mas descreve na perfeição tudo aquilo que se perde por não ter essência, por não ter nervo, ou estrutura. O mar perde-se na espuma, ao invadir a areia das praias. O espumante perde-se na mousse, nas bolhas delicadas e elegantes que conquistam a boca ao atacar o palato. E a

maior parte do tempo que investimos no trabalho, nas relações, nos pensamentos, dissipa-se também sem fazer perdurar uma marca, um rasto que fique na memória. A espuma dos dias é tudo aquilo que parece fazer evaporar o tempo – o nosso tempo. Numa época de vertigem, de proces-

sos rápidos e decisões impensadas, não deixa de ser metafórico que o ano termine invariavelmente ao som de bolhas a invadir os flutes, junto de amigos e família, num balanço que junta um pouco do passado e um mar de perspectivas e de esperança sobre o futuro. Se por um lado somos inca-

pazes de sustentar a evaporação dos dias, por outro não desistimos nunca de tentar compreender, melhorar, evoluir. Essa é a essência do Homem – que tantas vezes brinda a humanidade com actos heroicos e descobertas improváveis. Foi assim com a criação do espumante.

Reza a história que foi Dom Pérignon a descobrir, por mero acaso, o vinho espumante; seria difícil controlar a segunda fermentação do vinho, que criava bolhas e fazia explodir os recipientes. A História é mais do que o mito e Dom Pérignon terá contribuído voluntariamente para a criação de lotes (com vinhos de várias regiões circundantes, para melhorar o resultado final) e do método, em tudo semelhante ao que é usado hoje.

Hoje, o processo inicia-se com a colocação de vinho tranquilo, o vinho base, numa garrafa. A esse vinho são adicionadas leveduras, que consomem o açúcar residual, não transformado em álcool durante a primeira fermentação. A garrafa, deitada, fechada com uma cápsula, fica em descanso por um ano (Reserva), por dois anos (Super Reserva) ou por mais de três anos (Velha Reserva). Nesse período as leveduras entram em decomposição, libertando aromas e provocando uma fermentação controlada, que proporciona o gás – a nossa espuma. As células mortas das le-

veduras formam depósito, junto às paredes da garrafa. A retirada dessas células inertes é iniciada com o processo da remoagem, que consiste num conjunto de movimentos que vão inclinando a garrafa para empurrar as leveduras até à capsula. Findo esse processo, que pode ser manual ou automático, as garrafas são depositadas na vertical, com o gargalo para baixo, num circuito de congelação. Num novo processo, o *dégorgement*, as leveduras, junto ao gargalo, são congeladas em conjunto com uma pequena porção do vinho já espumantizado. Essa porção de gelo é retirada e é adicionado o licor de expedição, que pode conter vinho e açúcar (consoante pretendamos um espumante bruto, seco, meio seco ou doce). A garrafa é rolhada e fica finalmente preparada para ser capsulada, rotulada e expedida. E depois degustada, em momentos de celebração ou apenas de sublime prazer.

Como se vê, uma simples garrafa de espumante produzida através do Método Tradicional é submetida a um processo longo, trabalhoso e dispendioso. O que nos deixa uma boa mensagem para o ano que vem: há sempre muito a investir para podermos ter o privilégio de dedicar tempo à espuma dos dias.

Bom ano!



Pedro Guerreiro
Gestor



| SABORES LUSOS EM ESTADO SÓLIDO

Tiago Sabarigo

Chef Essência Restaurant/ Budapest

Onde nasceu?

Nasci em Évora e sou um alentejano de gema. Mas fiz toda a minha educação na margem sul do Tejo e a minha formação/ curso de culinária em Lisboa.

Com que idade se ausentou de Portugal?

Saí de Portugal com 25 anos de idade. Nesta altura, saí mes-

mo para trabalhar e procurar novos desafios, contrariamente a anteriores saídas que eram apenas de curto prazo, para frequentar estágios profissionais.

Conte-nos, como nasceu este projeto de montar um restaurante.

A primeira aventura foi em Londres, onde trabalhei em vários restaurantes de renome. Após 3 anos, mudei-me para Buda-



peste, Hungria, onde permaneço desde 2015 e onde pretendo ficar porque construí e tenho família aqui.

A ideia de criar este restaurante, Essência Restaurant – Tiago & Éva, nasceu, claro, em conjunto com a minha mulher. Quase desde o início da nossa relação que surgiu a ideia de fazer um restaurante incluindo a cozinha portuguesa e também a cozinha húngara.

Independentemente da situação atual, desta “pandemia”, continuamos a apostar e não baixamos os braços. Abrimos no dia 7 de julho de 2020, dia em que recebemos todos os convidados como “em nossa casa”, apresentando os nossos sabores de infância.

Quais os pratos portugueses mais apreciados no seu restaurante?

Os pratos preferidos são o Polvo com lentilhas; o Bacalhau à Brás; a terrina de fígado de pato; a barriga de porco com feijoado à transmontana; a Torta de Laranja e os pastéis de nata.

Como caracteriza a cidade de Budapeste?

Budapeste é uma cidade fantástica, cheia de arte e cultura, restaurantes excelentes, parques e banhos termais. Definitivamente, uma cidade a visitar.

Pensa voltar a Portugal?

Portugal, só para férias, para estar, sobretudo, com a família, e, também, pelas saudades do mar!

Quais são os seus votos para 2022?

Muita saúde e que estejam sempre com a família;
Não percam oportunidades;
Acreditem em vos próprios, sejam o que vocês sonham.

A Descendências deseja-lhe muita saúde e muitas felicidades



| FALAR PORTUGUÊS

Qual é a origem da palavra «açúcar»?

Hoje, a ciência chama «açúcares», assim, no plural, a certos químicos que sempre fizeram parte da nossa alimentação. Mas, tradicionalmente, a palavra «açúcar» designa aquele produto doce (o produto doce por excelência) que é obtido a partir da cana-de-açúcar (ou, mais recentemente, da beterraba) — e que vemos a polvilhar um bolo que chama por nós no café. É desse açúcar que vamos falar, através da história da própria palavra.

Tudo indica que, nas paradisíacas ilhas entre o Índico e o Pacífico, alguém percebeu que podia transformar aquelas canas num grão tão doce que não resistimos a comê-lo. Um canto de sereia do paladar, que viria a mudar o mundo. Há uns 3500 anos, a planta e a forma de a transformar em açúcar espalharam-se pelo Índico. Foi na Índia que a nossa palavra deu o primeiro passo. O açúcar, em sânscrito, começou a chamar-se «śárkarā». Era uma palavra antiga, que

já tinha vindo do proto-indo-europeu, e que significava algo como «gravilha» ou «areia». O açúcar era mesmo uma espécie de areia, mas com um sabor divino.

A palavra e o próprio açúcar começaram um lento caminho até à Europa. Do sânscrito, passou a outra língua indo-europeia: o persa, onde se transformou em «šakar». Como tantas outras palavras, foi emprestada pelo persa ao árabe, onde se tornou «as-sukkar».

O árabe acabou por dar a palavra às línguas europeias, por dois caminhos: foi emprestada directamente às línguas ibéricas, onde ficou com o «a» inicial do nosso «açúcar», e às outras línguas através do italiano «zuccherò», que se transformou no «sucre» francês, no «sugar» inglês, entre muitas outras palavras por essa Europa fora. (Há que dizer que, nas línguas ibéricas, há uma que recebeu a palavra por este segundo caminho: o catalão, onde a palavra é «sucre».)

É curioso: a palavra começou numa língua indo-europeia, passou por outra língua indo-europeia (o persa), mas arribou às línguas indo-europeias da Europa através do árabe, uma língua de outra família. As palavras não querem saber de que famílias são as línguas por onde passam.

Neste caminho todo, o açúcar manteve-se como especiaria de luxo. Quando houve espaço para tal — nas ilhas atlânticas e na América —, os europeus começaram a cultivar cana-de-açúcar como se não houvesse amanhã. A procura não tinha fim. Muito do tráfico atlântico de escravos fez-se

para alimentar a produção de açúcar.

O sistema sofisticou-se: o rum, um produto secundário da produção do açúcar, era usado para comprar escravos em África, que eram levados para a América, para produzir mais açúcar — e mais rum, que era levado de novo para África, para comprar mais escravos, levados então para a América, num círculo horroroso, alimentado pela nossa gulodice.

A própria palavra continuou a saltar de língua em língua e existe hoje nas línguas crioulas, como o «sukra» do cabo-verdiano e o «suku» do papiamento (ambas com origem portuguesa). Já na Papua-Nova Guiné, ali entre o Índico e o Pacífico, na zona onde surgiu a cana-de-açúcar, encontramos a forma «suga» no tok pisin, uma das principais línguas do país. A origem da palavra foi o inglês — o açúcar deu mesmo a volta ao mundo.

E o mundo está hoje preso a este vício, delicioso e terrível para a saúde. O corpo humano evoluiu durante milhões de anos para açambarcar tudo o que fosse doce — eram alimentos muito raros, mas preciosos, pela energia que continham. Quando deixaram de ser raros, o gosto inato pelo doce manteve-se — e o açúcar é mesmo muito doce. Da próxima vez que estiver a fazer o esforço de resistir a um bolo que chama por si, aproveite para recordar a volta ao mundo do açúcar, uma viagem que teve tanto de doce como de terrível.



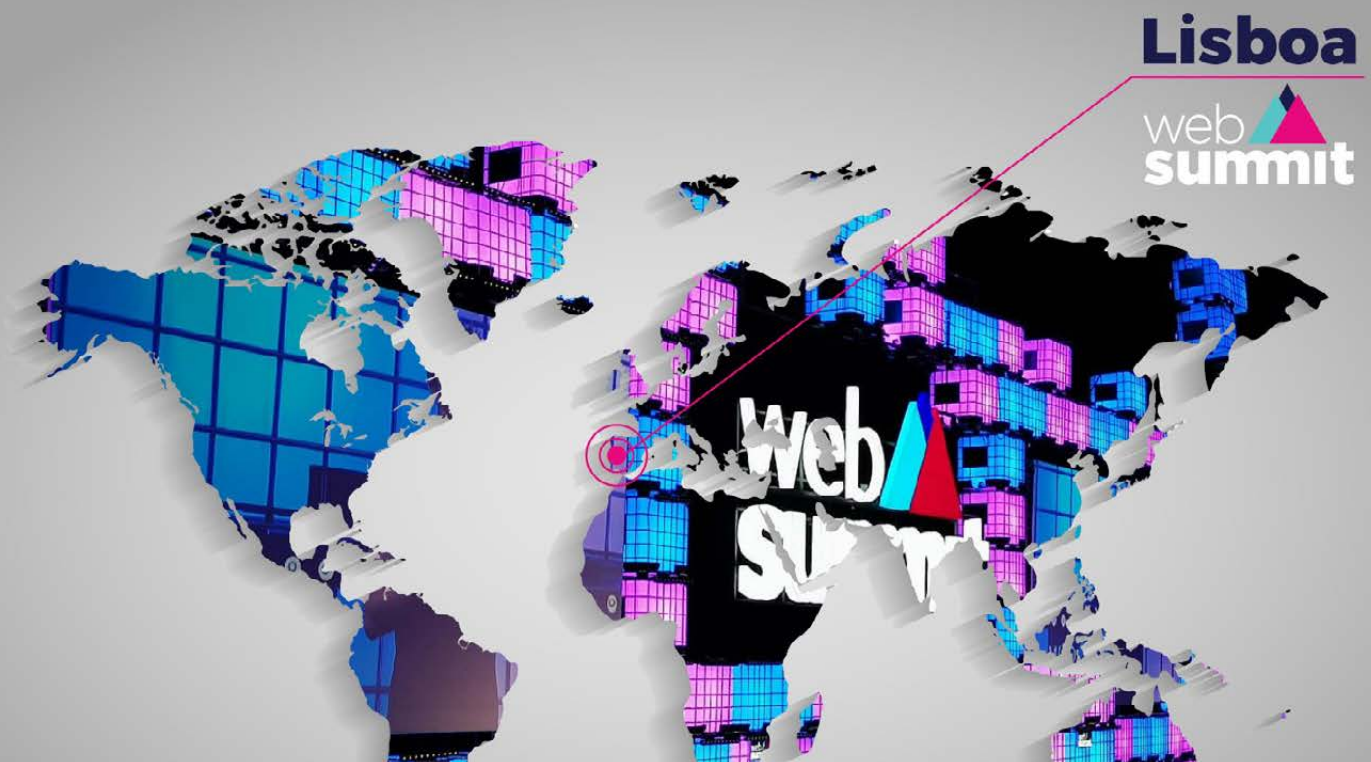
Marco Neves

Universidade Nova de Lisboa

| **LEGAL**

Lisboa, a cidade das *startups*?

info@abreuadvogados.com
<https://abreuadvogados.com>



Não é novidade para ninguém que Silicon Valley, na Califórnia, é o principal polo de empreendedorismo no mundo, fruto de uma série de fatores, que têm vindo a ser implementados há muitos anos. Este é um fenómeno que Walter Isaacson, o biógrafo de Steve Jobs, metaforicamente explica como algo que só ocorre quando sementes maduras caem em solo fértil. Na realidade, esse processo de sucesso conta com quatro fatores chaves.

O primeiro é o acesso ao conhecimento, o chamado *know how*, imprescindível para a construção de projetos inovadores. Universidades, Polos Tecnológicos e investimento maciço em pesquisa e desenvolvimento, sejam eles públicos ou privados, apresentam-se como indispensáveis para esse pilar.

O segundo é a chamada atitude de rebeldia, a tão badalada *disrupção*, onde o empreendedor afronta os padrões já existentes e ambiciona mudar o mundo com as suas ideias. Elon Musk

é uma excelente personificação desta atitude, ao apostar em carros movidos a eletricidade quando o assunto ainda era incipiente.

O terceiro é o capital, ou seja, investidores, fundos e as chamadas *corporate venture capital*, que vivem bem com o risco e estão dispostas a injetar dinheiro nessas *startups*. Foi, aliás, este segmento que moveu a economia em tempos de crise na pandemia. Os principais radares do mercado, como *CB Insights* e *TechCrunch*, confirmam que a maior aposta, atualmente, para retorno de capital ou para a sobrevivência das organizações tradicionais, é investir nesses tipos de empresas de crescimento rápido e exponencial.

Cada um dos três fatores citados caminha em conjunto e fazem uma mistura explosiva. Se num ecossistema só existir capital de risco, prevalecerá o domínio dos recursos naturais, como acontece no Golfo Pérsico com o petróleo, por exemplo. Se adicionar o conhecimento, esses mercados tendem a concentrar-se dentro das empresas já estabelecidas, ou seja, sem inovação. Se existir só conhecimento, tornam-se economias de mercado. É o exemplo da Índia, especializada em exportar bons programadores para clientes de outros países. E quando há somente a atitude disruptiva, formam-se economias de subsistência, ou seja, ativismo social e criações artísticas,

mas sem se construir grandes negócios. O Brasil, por exemplo, conhecido pelo seu vasto mercado consumidor e com mais de dez *startups* unicórnios, ocupa somente a décima-segunda posição no ranking de centros mundiais de inovação e empreendedorismo e perderá posições no futuro.

Lisboa, felizmente, está no caminho certo. A cidade reúne dois dos atributos acima: o *know how* e uma efervescência cosmopolita que lhe garante uma atitude de rebeldia, além de já desenvolver um quarto e novo aspecto, que consiste na criação de centros de empreendedorismo, como acontece na *Tech City* de Londres, um excelente *benchmarking*. Mas se usarmos outro exemplo, de Tel Aviv, Israel, chamada de *Nação Startup* pelos jornalistas Dan Senor e Saul Singer, é de se notar que ainda é preciso algo a Lisboa para se tornar um dos principais centros mundiais para startups.

Falta-lhe uma maior aproximação ao capital de risco. É imprescindível que fundos de *venture capital*, ou uma maior predisposição da classe empresarial local e internacional, surjam em maior número.

Afinal, sem dinheiro disponível, a semente plantada, mesmo em solo fértil, passa por estéril ou demora demasiado tempo a nascer e crescer. Sendo esta uma área cada vez mais acelerada, é necessário agir rapidamente. A hora é agora.



Helder Galvão
Abreu Advogados

CONSULTORIA FISCAL E DE GESTÃO

Ao seu Lado
acompanhando
o seu negócio
quer seja desenvolvido
em nome pessoal ou
através de uma
sociedade de forma
personalizada

As áreas de suporte
e apoio à gestão
são ajustadas às suas
necessidades
potenciando o seu
negócio tendo
em conta a nossa
experiência
internacional.



Business Adviser, Gabinete de Contabilidade
Processamento de Salários, apoio fiscal e ao estatuto RNH

Apoiamos a nossa atividade há já duas décadas
a partir das cidades de Lisboa, Paris, Marraquexe.



Lisboa, Paris, Marraquexe



+351 211 978 542



info@cisterdata.pt



www.cisterdata.pt

DIREITO FISCAL

O IVAUCHER

contact@rfflawyers.com

<http://rffassociados.pt>

Tendo presente o forte impacto financeiro e económico decorrente da pandemia Covid-19, a Lei do Orçamento do Estado para 2021 procurou encontrar algumas medidas de mitigação e de apoio aos setores económicos mais afetados, como os do alojamento, da cultura ou da restauração.

Nesse contexto, foi criado o programa IVAucher, o qual tem por objetivo a dinamização dos referidos setores económicos, em particular, através do estímulo ao consumo privado – conforme previsto nos Decretos Regulamentares n.º 2-A/2021, de 28 de maio, e n.º 6-A/2021, de 8 de setembro –, nos quais se veio a definir o âmbito e as condições específicas de funcionamento deste programa.

O IVAucher permite aos consumidores finais acumularem o valor correspondente à totalidade do IVA suportado em consumos nos setores abrangidos, durante um trimestre, e descontar esse valor



em consumos realizados nos mesmos setores, no trimestre seguinte, funcionando, assim, como uma espécie de “desconto acumulado em cartão”.

Tanto os consumidores, como os comerciantes que pretendam beneficiar deste programa devem inscrever-se através da plataforma online do IVAucher, gerida pela entidade SaltPay.

Os consumidores aderentes podem descontar o saldo acumulado realizando compras junto de comerciantes aderentes desde que utilizem cartões de pagamento pertencentes à rede de bancos aderentes.

Por seu turno, os comerciantes, cuja atividade se enquadre no âmbito dos setores abrangidos, devem somente comunicar o seu NIF e o ID dos seus terminais de pagamento automáticos para aderirem ao programa.

A primeira fase – de acumulação do imposto – teve início no dia 1 de junho e terminou em 31 de agosto de 2021, sendo que durante o mês de setembro, a Administração tributária já procedeu ao apuramento do saldo de imposto acumulado por todos os consumidores que indicaram o seu NIF em faturas respeitantes aos setores abrangidos pelo programa, estando essa informação disponibilizada no portal das finanças de cada consumidor.

A segunda fase do programa, durante a qual é realizada a utilização do saldo acumulado de imposto e, que poderá cobrir até 50% do valor do bem ou do serviço adquirido, iniciou-se em 1 de outubro e terminará a 31 de dezembro de 2021.



Rogério M. Fernandes Ferreira
Rogério Fernandes Ferreira & Associados

| FISCAL

Últimos passos para poupar com o seu IRS

O ano de 2021 está a chegar ao seu fim e muitos de nós começam a olhar o ano em perspetiva, pensando nas despesas e ganhos do ano, imaginando como será a próxima declaração de IRS, quais as poupanças que ainda se poderão fazer e que desperdícios poderão evitar.

A subscrição de um PPR ou de um Regime Público de Capitalização, antes do final do ano, além de outras vantagens, dependendo da idade poderá levar a uma poupança até 400 euros de imposto. Só pensando no efeito fiscal da subscrição de um PPR, beneficia-se de uma taxa de retorno 20%, o que nos nossos dias é bastante motivador.

Infelizmente, nem todos poderão beneficiar deste efeito, caso já tenho despesas de saúde ou educação, pois a dedução total de 1.000 Euros abrange os PPR, as despesas de saúde ou educação. Outra medida a ter em conta é validar as faturas que estão pendentes no portal



e-fatura, que se aconselha a fazer desde já apesar do prazo ir até 15 de fevereiro de 2022, a manutenção deste estado pode levar o contribuinte a pagar mais IRS e a perder reembolso de IVA. Durante este processo verificamos como foi importante dar o número de contribuinte aquando da emissão de cada fatura. Não esquecer de fazê-lo também com as faturas dos dependentes menores que temos a cargo. Este procedimento deve, portanto, estender-se a toda a família.

Os encargos suportados com a reabilitação urbana também podem levar a

uma poupança fiscal até aos 500 Euros. Portanto para maximizar o valor do reembolso a receber no próximo ano ou minimizar o pagamento de imposto, referente aos rendimentos de 2021. Existe duas estratégias, uma investir num PPR ou instrumento equivalente, outra garantir que as despesas estejam validas e bem documentadas, sobretudo as despesas com educação, nomeadamente as despesas com educação ocorridas no estrangeiro, juros de crédito de habitação (nalguns casos), saúde, lares.

O contribuinte poderá ainda receber um reembolso de parte do IVA pago ao longo do ano relativo a despesas com cabeleireiros, oficinas de reparação de veículos, restaurantes, veterinários e transportes.

Acabe, portanto, da melhor forma este ano e em caso de dúvidas não hesite em falar com um contabilista certificado.



Philippe Fernandes
CEO Cisterdata



Quando falham certos detalhes tudo se torna inútil.

info@amostradeletras.pt

Ei![®]
Assessoria
Migratória

WWW.EIMIGRANTE.PT

VIVA OS SEUS SONHOS VIVA EM PORTUGAL

+351 217 960 436

GERAL@EIMIGRANTE.PT

@EIMIGRANTE



AV. FONTES PEREIRA DE MELO, 35-2ºA 1050-118 LISBOA
RUA FELICIANO DE CASTILHO, 66 4000-293 PORTO